



ANEXO I - TERMO DE REFERÊNCIA

1. DEFINIÇÃO DO OBJETO

Contratação de serviços de engenharia a ser realizado por empresa especializada para efetuar levantamentos, renovar, atualizar, elaborar e aprovar Projetos Técnicos (PT) e Projetos Técnicos Simplificados (PTS), bem como emitir todas as respectivas ART(s)/RRT(s).

2. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO

2.1. Descrição detalhada dos itens ou serviços / Requisitos Técnicos e Essenciais do Objeto

Contratação de serviços de engenharia para elaboração e aprovação de Projetos Técnicos (PT) e Projetos Técnicos Simplificados (PTS), com a emissão das respectivas licenças AVCB/CLCB pelo Corpo de Bombeiros da Polícia Militar do Estado de São Paulo - CBPMESP, com o fornecimento de todas as respectivas ART(s)/RRT(s) necessárias, para todos prédios sob responsabilidade do TRT da 15ª Região e constantes do anexo relação de unidades.

De acordo com as características de cada imóvel, constante da relação anexa ao Termo de Referência, a Contratada deverá executar os serviços necessários visando à obtenção final dos AVCBs/CLCBs das respectivas unidades, mediante a elaboração e aprovação de Projeto Técnico ou Projeto Técnico Simplificado, bem como a prestação dos serviços de assessoria necessária para adequação das unidades, visando a aprovação das vistoria do CBPMESP e a consequente obtenção/renovação das respectivas licenças AVCB/CLCB perante o Corpo de Bombeiros do Estado de São Paulo, incluindo as ações via sistema Via Fácil Bombeiros (VFB).

1 - Levantamento preliminar:

- a. A CONTRATADA deverá realizar perante o CBPMESP, levantamento inicial de cada edificação, acerca da situação cadastral do imóvel, constante do "Anexo - Relação das Unidades", apresentando ao TRT relatório circunstanciado das situações de cada edificação, com as sugestões de adequação pertinentes, e as fases necessárias a serem cumpridas para obtenção do respectivo AVCB/CLCB;
- b. Deverão ser identificadas as seguintes e prováveis situações dos imóveis, indicando-se as seguintes soluções a serem efetivadas:



- b.1 - imóvel sem projeto ou projeto desatualizado: elaborar ou atualizar projeto e aprovar no CBPMESP;
- b.2 - imóvel com projeto aprovado e sem AVCB/CLCB ou AVCB/CLCB vencido: verificar a necessidade de atualização do projeto e/ou a elaboração de projeto, e aprovar no CBPMESP;
- b.3 - imóvel com projeto e AVCB/CLCB válido: indicar a data de validade do AVCB/CLCB, e sugestão pertinente para o atendimento de eventuais condicionantes das licenças;
- c. A CONTRATADA terá o prazo de até 60 (sessenta) dias, a contar da assinatura do contrato, para execução do serviço de levantamento.

2 - Elaboração de Projeto Técnico ou Projeto Técnico Simplificado:

2.1 – Projeto Técnico Simplificado (PTS)

I – Condições Gerais:

- a) O TRT poderá requisitar a elaboração de PTS para, no mínimo, 01 (uma) e no máximo 50 (cinquenta) Unidades;
- b) A Contratada deverá:
 - b.1 - realizar, sempre que necessário, visita técnica previamente agendada às unidades para levantamento das necessidades de adequação do imóvel visando à obtenção do CLCB, verificando dispositivos de segurança existentes, tais como guarda-corpos, portas, layouts, pisos antiderrapantes, corrimãos, sinalização de emergência, conjunto de equipamentos, dispositivos e sistemas de segurança contra incêndios, entre outros;
 - b.1.1 - a visita técnica será realizada conforme avaliação técnica da Contratada, podendo ser dispensada quando se tratar de renovação do AVCB/CLCB ou quando houver documentação e registros atualizados suficientes para elaboração do Projeto Técnico ou Projeto Técnico Simplificado;
 - b.2 - elaborar todos documentos necessários ao pedido de aprovação das medidas de segurança contra Incêndio, de acordo com o Decreto Estadual, as Instruções Técnicas do CBPMESP, e em especial a IT 01/2025, a IT-042/2025 e a IT-43/2025;
 - b.3 - responsabilizar-se pela emissão da respectivas ART/RRT, incluindo o recolhimento da respectiva taxa junto ao Conselho de Classe (CREA/CAU);
 - b.4 - responsabilizar-se por colher as assinaturas dos responsáveis do TRT nos documentos, quando necessário;
 - b.5 - elaborar os Projetos Técnicos Simplificados (PTS), bem como todas as plantas,



memoriais, relatórios e demais documentos pertinentes relativos aos projetos de combate a incêndio necessários à obtenção do CLCB;

b.6 - cadastrar a unidade no Sistema Via Fácil Bombeiros(VFB) e acompanhar perante o Corpo de Bombeiros o processo de análise e aprovação do Projeto Técnico Simplificado (PTS), realizando as correções/complementações, e caso necessário, acompanhar as visitas de consulta técnica no CBPMESP com representante do Tribunal;

b.7 - entregar o Projeto Técnico Simplificado (PTS) ao responsável pelo TRT, juntamente com a relação de todas as sugestões de intervenções adaptativas e/ou complementares para análise e aprovação, necessárias à obtenção do CLCB, incluindo o atendimento completo das exigências normativas e recomendações do CBPMESP.

II – Prazos:

A Contratada deverá observar o prazo máximo de 30 (trinta) dias para cada grupo de até 10 (dez) unidades requisitadas, contados da solicitação do TRT:

Até 10 (dez) Unidades: 30 (trinta) dias;

Até 20 (vinte) Unidades: 60 (sessenta) dias;

Até 30 (trinta) Unidades: 90 (noventa) dias;

Até 40 (quarenta) Unidades: 120 (cento e vinte) dias;

Até 50 (cinquenta) Unidades: 150 (cento e cinquenta) dias.

A Contratada deverá atender, impreterivelmente, todos os prazos observando sempre as seguintes condições:

1º) A data de validade de cada licença (AVCB) emitida;

2º) O Prazo de análise e apreciação da documentação definido pela equipe técnica do CBPMSEP;

3º) O prazo estimado para a realização de eventuais obras, serviços, aquisição de equipamentos, sistemas ou dispositivos constante das medidas de segurança recomendadas pela Contratada para a adequação do imóvel ao projeto aprovado e às exigências normativas e recomendações ou condicionantes do CBPMESP, de modo a não deixar a referida unidade com a sua licença vencida.

III – Alterações:

Caso o TRT solicite alterações no Projeto Técnico Simplificado, a Contratada deverá apresentar nova versão no prazo de 10 (dez) dias, a contar da notificação.



2.2 – Projeto Técnico (PT)

I – Condições Gerais:

a) O TRT poderá requisitar a elaboração de PT para, no mínimo, 01 (uma) e no máximo 60 (sessenta) Unidades;

b) A Contratada deverá:

b.1 - realizar, sempre que necessário, visita técnica previamente agendada às Unidades para levantamento das necessidades do imóvel visando à obtenção do AVCB, verificando dispositivos de segurança existentes, tais como guarda-corpos, portas, layouts, pisos antiderrapantes, corrimãos, entre outros;

b.1.1. - a visita técnica será realizada conforme avaliação técnica da Contratada, podendo ser dispensada quando se tratar de renovação do AVCB/CLCB ou quando houver documentação e registros atualizados suficientes para elaboração do Projeto Técnico ou Projeto Técnico Simplificado;

b.2 - elaborar todos os documentos necessários ao pedido de aprovação das medidas de segurança contra incêndio, de acordo com a Instrução Técnica nº 01/2019 do Corpo de Bombeiros do Estado de São Paulo;

b.3 - responsabilizar-se pela emissão de todas as respectivas ART(s)/RRT(s), incluindo o recolhimento de suas taxas, bem como os Relatórios, Atestados e demais documentos, caso haja necessidade, dentre eles:

b.3.1 - ART – Manutenção e/ou Instalação dos itens de combate a Incêndio da edificação;

b.3.2 - ART – Central de Gás;

b.3.3 - ART – Inspeção do Sistema de Proteção Contra Descargas Atmosféricas – SPDA;

b.3.4 - ART – Motogerador;

b.3.5 - ART de Inspeção do Sistema Elétrico de Baixa tensão.

b.3.6 - Atestado de Conformidade Elétrica;

b.3.7 - ART de manutenção e/ou instalação do sistema de hidrantes;

b.3.8 - Relatório de Comissionamento do Sistema de Hidrantes;

b.3.9 - Relatório de Comissionamento e Inspeção;

b.3.10 - Periódica do Sistema de Alarme e Detecção de Incêndio;

b.3.11 - ART do Controle de Materiais de Acabamento e Revestimento – CMAR;

b.3.12 - Outros eventualmente necessários (A relação acima não é exaustiva).

b.4 - responsabilizar-se por colher as assinaturas dos responsáveis do TRT nos documentos, quando necessário;



b.5 - elaborar os Projetos Técnicos (PT), bem como todos os projetos de combate a incêndio e demais documentos necessários à obtenção do AVCB;

b.6 - cadastrar a unidade no Sistema Via Fácil e acompanhar perante o Corpo de Bombeiros o processo de análise e aprovação do Projeto Técnico (PT), realizando as correções/complementações necessárias;

b.7 - entregar os Projetos Técnicos (PT) e demais documentos aprovados pelo Corpo de Bombeiros ao responsável pelo TRT, juntamente com a relação de todas as intervenções adaptativas e/ou complementares necessárias à obtenção do AVCB, tais como placas de sinalização de saídas de emergência, hidrantes, alarme de incêndio, detectores de incêndio, extintores de incêndio e, eventualmente, obras como conformação de rampas e escadas, entre outras;

II – Prazos:

A Contratada deverá entregar os serviços conforme os seguintes prazos máximos e condições, contados da data da solicitação do TRT:

Até 10 Unidades: 30 dias

Até 20 Unidades: 60 dias

Até 30 Unidades: 90 dias

Até 40 Unidades: 120 dias

Até 50 Unidades: 150 dias

Até 60 Unidades: 180 dias

A Contratada deverá atender, impreterivelmente, todos os prazos observando sempre as seguintes condições:

1º) A data de validade de cada licença (AVCB) emitida;

2º) O Prazo de análise e apreciação da documentação definido pela equipe técnica do CBPMSEP;

3º) O prazo estimado para a realização de eventuais obras, serviços, aquisição de equipamentos, sistemas ou dispositivos constante das medidas de segurança recomendadas pela Contratada para a adequação do imóvel ao projeto aprovado e às exigências normativas e recomendações ou condicionantes do CBPMESP, de modo a não deixar a referida unidade com a sua licença vencida.

III – Alterações:

Caso necessário, e o TRT solicite alterações no Projeto Técnico, a Contratada deverá



apresentar nova versão no prazo de 10 (dez) dias, a contar da notificação.

3 - Serviços de assessoria para obtenção/emissão/renovação do AVCB/CLCB perante o Corpo de Bombeiros do Estado de São Paulo.

A partir dos documentos relacionados aos Projetos Técnicos (PT) ou Projetos Técnicos Simplificados (PTS), e as relações de serviço por unidade, o TRT:

- a - providenciará a execução dos serviços relativos às medidas de segurança contra incêndio nas Unidades, em conformidade com o Projeto Técnico aprovado (PT) ou com o Projeto Técnico Simplificado (PTS) e de acordo com a relação de serviços e recomendações da Contratada;
- b - requisitará à Contratada o prosseguimento da prestação dos serviços perante o Corpo de Bombeiros do Estado de São Paulo visando a obtenção final e emissão do AVCB/CLCB;
- c - a Contratada deverá providenciar, perante o sistema “Via Fácil Bombeiros”, do Corpo de Bombeiros do Estado de São Paulo, todas as ações necessárias até a obtenção e emissão final do AVCB/CLCB de cada edificação.

Prazo para o protocolo inicial perante o sistema Via Fácil Bombeiros: 10 (dez) dias contados da requisição do TRT, observando sempre os prazos de antecedência para o vencimento da licença (AVCB).

OBSERVAÇÃO 1: Não faz parte do escopo da presente contratação pela Contratada, a execução, e qualquer obra, serviços, reparo ou colocação de placas de sinalização, serviços de recarga de extintores, ou de qualquer outro equipamento de segurança, nem tampouco a formação de Brigada de Incêndio das unidades, os quais serão realizados às expensas do TRT-15, de acordo com os projetos, memoriais descritivos, laudos, relatórios, relação de serviços, recomendações e demais documentos elaborados pela Contratada que objetivem as adequações físicas de cada imóvel conforme seu projeto aprovado no CBPMESP e atendimento integral às exigências normativas.

OBSERVAÇÃO 2: TODAS AS DESPESAS REFERENTES À EMISSÃO DAS ARTs/RRTs, TRANSPORTE, PEDÁGIOS, COMBUSTÍVEL, ESTADIA, ETC. CORRERÃO POR CONTA EXCLUSIVA DA CONTRATADA E JÁ DEVEM ESTAR PREVISTAS NO VALOR FINAL DA PROPOSTA., APRESENTAÇÃO DAS PROPOSTAS: As empresas interessadas deverão apresentar propostas com valores individualizados para os subitens a, b, c de cada localidade tendo em vista que a execução, pela contratada, do subitem c da tabela do item 2.2 do TR anexo para cada localidade dependerá, em alguns casos, da intervenção direta deste TRT para a execução de serviços e reparos constantes dos relatórios de vistoria elaborado pela Contratada e, eventualmente de exigências do Corpo de Bombeiros.



PAGAMENTO: O pagamento será efetuado pela Coordenadoria de Execução Orçamentária e Financeira do TRT, no prazo máximo de 10 (dez) dias após o cumprimento de cada etapa descrita acima, conforme dispõe o artigo 140 da Lei nº 14.133/2021, sendo o crédito providenciado por meio de ordem bancária, na conta corrente indicada pela CONTRATADA no processo licitatório

2.2. Quantitativos

Item	Subitem	Descrição	Qtde	Unidade
1	1	Circunscrição I		
1	1.1	Amparo		Serviço
	a	Levantamento	1	Serviço
	b	Projeto Técnico ou Projeto Técnico Simplificado	1	Serviço
	c	Assessoria/Renovação do AVCB	2	Serviço
1	1.2	Atibaia		Serviço
	a	Levantamento	1	Serviço
	b	Projeto Técnico ou Projeto Técnico Simplificado	1	Serviço
	c	Assessoria/Renovação do AVCB	2	Serviço
1	1.3	Bragança Paulista		Serviço
	a	Levantamento	1	Serviço
	b	Projeto Técnico ou Projeto Técnico Simplificado	1	Serviço
	c	Assessoria/Renovação do AVCB	2	Serviço
1	1.4	Campinas: Edifício-Sede Judicial		Serviço
	a	Levantamento	1	Serviço
	b	Projeto Técnico ou Projeto Técnico Simplificado	1	Serviço
	c	Assessoria/Renovação do AVCB	2	Serviço
1	1.5	Campinas: Edifício-Sede Administrativa		Serviço
	a	Levantamento	1	Serviço
	b	Projeto Técnico ou Projeto Técnico Simplificado	1	Serviço
	c	Assessoria/Renovação do AVCB	2	Serviço
1	1.6	Campinas: Anexo Barão 945		Serviço



	a	Levantamento	1	Serviço
	b	Projeto Técnico ou Projeto Técnico Simplificado	1	Serviço
	c	Assessoria/Renovação do AVCB	2	Serviço
1	1.7	Campinas: Anexo Administrativo (Almox. Barão Geraldo)		Serviço
	a	Levantamento	1	Serviço
	b	Projeto Técnico ou Projeto Técnico Simplificado	1	Serviço
	c	Assessoria/Renovação do AVCB	2	Serviço
1	1.8	Campinas - Fórum Trabalhista		Serviço
	a	Levantamento	1	Serviço
	b	Projeto Técnico ou Projeto Técnico Simplificado	1	Serviço
	c	Assessoria/Renovação do AVCB	2	Serviço
1	1.9	Campo Limpo Paulista		Serviço
	a	Levantamento	1	Serviço
	b	Projeto Técnico ou Projeto Técnico Simplificado	1	Serviço
	c	Assessoria/Renovação do AVCB	2	Serviço
1	1.10	Capivari		Serviço
	a	Levantamento	1	Serviço
	b	Projeto Técnico ou Projeto Técnico Simplificado	1	Serviço
	c	Assessoria/Renovação do AVCB	2	Serviço
1	1.11	Hortolândia		Serviço
	a	Levantamento	1	Serviço
	b	Projeto Técnico ou Projeto Técnico Simplificado	1	Serviço
	c	Assessoria/Renovação do AVCB	2	Serviço
1	1.12	Indaiatuba		Serviço
	a	Levantamento	1	Serviço
	b	Projeto Técnico ou Projeto Técnico Simplificado	1	Serviço
	c	Assessoria/Renovação do AVCB	2	Serviço
1	1.13	Itapira		Serviço
	a	Levantamento	1	Serviço



	b	Projeto Técnico ou Projeto Técnico Simplificado	1	Serviço
	c	Assessoria/Renovação do AVCB	2	Serviço
1	1.14	Itatiba		Serviço
	a	Levantamento	1	Serviço
	b	Projeto Técnico ou Projeto Técnico Simplificado	1	Serviço
	c	Assessoria/Renovação do AVCB	2	Serviço
1	1.15	Itu		Serviço
	a	Levantamento	1	Serviço
	b	Projeto Técnico ou Projeto Técnico Simplificado	1	Serviço
	c	Assessoria/Renovação do AVCB	2	Serviço
1	1.16	Jundiaí		Serviço
	a	Levantamento	1	Serviço
	b	Projeto Técnico ou Projeto Técnico Simplificado	1	Serviço
	c	Assessoria/Renovação do AVCB	2	Serviço
1	1.17	Leme		Serviço
	a	Levantamento	1	Serviço
	b	Projeto Técnico ou Projeto Técnico Simplificado	1	Serviço
	c	Assessoria/Renovação do AVCB	2	Serviço
1	1.18	Limeira		Serviço
	a	Levantamento	1	Serviço
	b	Projeto Técnico ou Projeto Técnico Simplificado	1	Serviço
	c	Assessoria/Renovação do AVCB	2	Serviço
1	1.19	Mogi Guaçu		Serviço
	a	Levantamento	1	Serviço
	b	Projeto Técnico ou Projeto Técnico Simplificado	1	Serviço
	c	Assessoria/Renovação do AVCB	2	Serviço
1	1.20	Mogi Mirim		Serviço
	a	Levantamento	1	Serviço
	b	Projeto Técnico ou Projeto Técnico Simplificado	1	Serviço



	c	Assessoria/Renovação do AVCB	2	Serviço
1	1.21	Paulínia		Serviço
	a	Levantamento	1	Serviço
	b	Projeto Técnico ou Projeto Técnico Simplificado	1	Serviço
	c	Assessoria/Renovação do AVCB	2	Serviço
1	1.22	Piracicaba		Serviço
	a	Levantamento	1	Serviço
	b	Projeto Técnico ou Projeto Técnico Simplificado	1	Serviço
	c	Assessoria/Renovação do AVCB	2	Serviço
1	1.23	Rio Claro		Serviço
	a	Levantamento	1	Serviço
	b	Projeto Técnico ou Projeto Técnico Simplificado	1	Serviço
	c	Assessoria/Renovação do AVCB	2	Serviço
1	1.24	Salto		Serviço
	a	Levantamento	1	Serviço
	b	Projeto Técnico ou Projeto Técnico Simplificado	1	Serviço
	c	Assessoria/Renovação do AVCB	2	Serviço
1	1.25	Santa Bárbara D'Oeste		Serviço
	a	Levantamento	1	Serviço
	b	Projeto Técnico ou Projeto Técnico Simplificado	1	Serviço
	c	Assessoria/Renovação do AVCB	2	Serviço
1	1.26	São João Boa Vista		Serviço
	a	Levantamento	1	Serviço
	b	Projeto Técnico ou Projeto Técnico Simplificado	1	Serviço
	c	Assessoria/Renovação do AVCB	2	Serviço
1	1.27	Sumaré		Serviço
	a	Levantamento	1	Serviço
	b	Projeto Técnico ou Projeto Técnico Simplificado	1	Serviço
	c	Assessoria/Renovação do AVCB	2	Serviço



1	2	Circunscrição II		
1	2.28	Capão Bonito		Serviço
	a	Levantamento	1	Serviço
	b	Projeto Técnico ou Projeto Técnico Simplificado	1	Serviço
	c	Assessoria/Renovação do AVCB	2	Serviço
1	2.29	Itanhaém		Serviço
	a	Levantamento	1	Serviço
	b	Projeto Técnico ou Projeto Técnico Simplificado	1	Serviço
	c	Assessoria/Renovação do AVCB	2	Serviço
1	2.30	Itapetininga		Serviço
	a	Levantamento	1	Serviço
	b	Projeto Técnico ou Projeto Técnico Simplificado	1	Serviço
	c	Assessoria/Renovação do AVCB	2	Serviço
1	2.31	Itapeva		Serviço
	a	Levantamento	1	Serviço
	b	Projeto Técnico ou Projeto Técnico Simplificado	1	Serviço
	c	Assessoria/Renovação do AVCB	2	Serviço
1	2.32	Itararé		Serviço
	a	Levantamento	1	Serviço
	b	Projeto Técnico ou Projeto Técnico Simplificado	1	Serviço
	c	Assessoria/Renovação do AVCB	2	Serviço
1	2.33	Registro		Serviço
	a	Levantamento	1	Serviço
	b	Projeto Técnico ou Projeto Técnico Simplificado	1	Serviço
	c	Assessoria/Renovação do AVCB	2	Serviço
1	2.34	São Roque		Serviço
	a	Levantamento	1	Serviço
	b	Projeto Técnico ou Projeto Técnico Simplificado	1	Serviço
	c	Assessoria/Renovação do AVCB	2	Serviço



1	2.35	Sorocaba		Serviço
	a	Levantamento	1	Serviço
	b	Projeto Técnico ou Projeto Técnico Simplificado	1	Serviço
	c	Assessoria/Renovação do AVCB	2	Serviço
1	2.36	Tatuí		Serviço
	a	Levantamento	1	Serviço
	b	Projeto Técnico ou Projeto Técnico Simplificado	1	Serviço
	c	Assessoria/Renovação do AVCB	2	Serviço
1	2.37	Tietê		Serviço
	a	Levantamento	1	Serviço
	b	Projeto Técnico ou Projeto Técnico Simplificado	1	Serviço
	c	Assessoria/Renovação do AVCB	2	Serviço
1	3	Circunscrição III		
1	3.38	Aparecida		Serviço
	a	Levantamento	1	Serviço
	b	Projeto Técnico ou Projeto Técnico Simplificado	1	Serviço
	c	Assessoria/Renovação do AVCB	2	Serviço
1	3.39	Caraguatatuba		Serviço
	a	Levantamento	1	Serviço
	b	Projeto Técnico ou Projeto Técnico Simplificado	1	Serviço
	c	Assessoria/Renovação do AVCB	2	Serviço
1	3.40	Cruzeiro		Serviço
	a	Levantamento	1	Serviço
	b	Projeto Técnico ou Projeto Técnico Simplificado	1	Serviço
	c	Assessoria/Renovação do AVCB	2	Serviço
1	3.41	Guaratinguetá		Serviço
	a	Levantamento	1	Serviço
	b	Projeto Técnico ou Projeto Técnico Simplificado	1	Serviço
	c	Assessoria/Renovação do AVCB	2	Serviço



1	3.42	Jacareí		Serviço
	a	Levantamento	1	Serviço
	b	Projeto Técnico ou Projeto Técnico Simplificado	1	Serviço
	c	Assessoria/Renovação do AVCB	2	Serviço
1	3.43	Lorena		Serviço
	a	Levantamento	1	Serviço
	b	Projeto Técnico ou Projeto Técnico Simplificado	1	Serviço
	c	Assessoria/Renovação do AVCB	2	Serviço
1	3.44	Pindamonhangaba		Serviço
	a	Levantamento	1	Serviço
	b	Projeto Técnico ou Projeto Técnico Simplificado	1	Serviço
	c	Assessoria/Renovação do AVCB	2	Serviço
1	3.45	São José dos Campos		Serviço
	a	Levantamento	1	Serviço
	b	Projeto Técnico ou Projeto Técnico Simplificado	1	Serviço
	c	Assessoria/Renovação do AVCB	2	Serviço
1	3.46	São Sebastião		Serviço
	a	Levantamento	1	Serviço
	b	Projeto Técnico ou Projeto Técnico Simplificado	1	Serviço
	c	Assessoria/Renovação do AVCB	2	Serviço
1	3.47	Ubatuba		Serviço
	a	Levantamento	1	Serviço
	b	Projeto Técnico ou Projeto Técnico Simplificado	1	Serviço
	c	Assessoria/Renovação do AVCB	2	Serviço
1	4	Circunscrição IV		
1	4.48	Araraquara		Serviço
	a	Levantamento	1	Serviço
	b	Projeto Técnico ou Projeto Técnico Simplificado	1	Serviço
	c	Assessoria/Renovação do AVCB	2	Serviço



1	4.49	Batatais		Serviço
	a	Levantamento	1	Serviço
	b	Projeto Técnico ou Projeto Técnico Simplificado	1	Serviço
	c	Assessoria/Renovação do AVCB	2	Serviço
1	4.50	Bebedouro		Serviço
	a	Levantamento	1	Serviço
	b	Projeto Técnico ou Projeto Técnico Simplificado	1	Serviço
	c	Assessoria/Renovação do AVCB	2	Serviço
1	4.51	Cajuru		Serviço
	a	Levantamento	1	Serviço
	b	Projeto Técnico ou Projeto Técnico Simplificado	1	Serviço
	c	Assessoria/Renovação do AVCB	2	Serviço
1	4.52	Cravinhos		Serviço
	a	Levantamento	1	Serviço
	b	Projeto Técnico ou Projeto Técnico Simplificado	1	Serviço
	c	Assessoria/Renovação do AVCB	2	Serviço
1	4.53	Ituverava		Serviço
	a	Levantamento	1	Serviço
	b	Projeto Técnico ou Projeto Técnico Simplificado	1	Serviço
	c	Assessoria/Renovação do AVCB	2	Serviço
1	4.54	Jaboticabal		Serviço
	a	Levantamento	1	Serviço
	b	Projeto Técnico ou Projeto Técnico Simplificado	1	Serviço
	c	Assessoria/Renovação do AVCB	2	Serviço
1	4.55	Jaboticabal - Arquivo		Serviço
	a	Levantamento	1	Serviço
	b	Projeto Técnico ou Projeto Técnico Simplificado	1	Serviço
	c	Assessoria/Renovação do AVCB	2	Serviço
1	4.56	Matão		Serviço



	a	Levantamento	1	Serviço
	b	Projeto Técnico ou Projeto Técnico Simplificado	1	Serviço
	c	Assessoria/Renovação do AVCB	2	Serviço
1	4.57	Matão - Arquivo		Serviço
	a	Levantamento	1	Serviço
	b	Projeto Técnico ou Projeto Técnico Simplificado	1	Serviço
	c	Assessoria/Renovação do AVCB	2	Serviço
1	4.58	Mococa		Serviço
	a	Levantamento	1	Serviço
	b	Projeto Técnico ou Projeto Técnico Simplificado	1	Serviço
	c	Assessoria/Renovação do AVCB	2	Serviço
1	4.59	Orlândia		Serviço
	a	Levantamento	1	Serviço
	b	Projeto Técnico ou Projeto Técnico Simplificado	1	Serviço
	c	Assessoria/Renovação do AVCB	2	Serviço
1	4.60	Pirassununga		Serviço
	a	Levantamento	1	Serviço
	b	Projeto Técnico ou Projeto Técnico Simplificado	1	Serviço
	c	Assessoria/Renovação do AVCB	2	Serviço
1	4.61	Porto Ferreira		Serviço
	a	Levantamento	1	Serviço
	b	Projeto Técnico ou Projeto Técnico Simplificado	1	Serviço
	c	Assessoria/Renovação do AVCB	2	Serviço
1	4.62	Ribeirão Preto		Serviço
	a	Levantamento	1	Serviço
	b	Projeto Técnico ou Projeto Técnico Simplificado	1	Serviço
	c	Assessoria/Renovação do AVCB	2	Serviço
1	4.63	Ribeirão Preto - Arquivo		Serviço
	a	Levantamento	1	Serviço



	b	Projeto Técnico ou Projeto Técnico Simplificado	1	Serviço
	c	Assessoria/Renovação do AVCB	2	Serviço
1	4.64	São Carlos		Serviço
	a	Levantamento	1	Serviço
	b	Projeto Técnico ou Projeto Técnico Simplificado	1	Serviço
	c	Assessoria/Renovação do AVCB	2	Serviço
1	4.65	São Joaquim da Barra		Serviço
	a	Levantamento	1	Serviço
	b	Projeto Técnico ou Projeto Técnico Simplificado	1	Serviço
	c	Assessoria/Renovação do AVCB	2	Serviço
1	4.66	São José Rio Pardo		Serviço
	a	Levantamento	1	Serviço
	b	Projeto Técnico ou Projeto Técnico Simplificado	1	Serviço
	c	Assessoria/Renovação do AVCB	2	Serviço
1	4.67	Sertãozinho		Serviço
	a	Levantamento	1	Serviço
	b	Projeto Técnico ou Projeto Técnico Simplificado	1	Serviço
	c	Assessoria/Renovação do AVCB	2	Serviço
1	4.68	Taquaritinga		Serviço
	a	Levantamento	1	Serviço
	b	Projeto Técnico ou Projeto Técnico Simplificado	1	Serviço
	c	Assessoria/Renovação do AVCB	2	Serviço
1		Circunscrição V		
1	5.69	Andradina		Serviço
	a	Levantamento	1	Serviço
	b	Projeto Técnico ou Projeto Técnico Simplificado	1	Serviço
	c	Assessoria/Renovação do AVCB	2	Serviço
1	5.70	Araçatuba		Serviço
	a	Levantamento	1	Serviço



	b	Projeto Técnico ou Projeto Técnico Simplificado	1	Serviço
	c	Assessoria/Renovação do AVCB	2	Serviço
1	5.71	Birigüi		Serviço
	a	Levantamento	1	Serviço
	b	Projeto Técnico ou Projeto Técnico Simplificado	1	Serviço
	c	Assessoria/Renovação do AVCB	2	Serviço
1	5.72	Lins		Serviço
	a	Levantamento	1	Serviço
	b	Projeto Técnico ou Projeto Técnico Simplificado	1	Serviço
	c	Assessoria/Renovação do AVCB	2	Serviço
1	5.73	Penápolis		Serviço
	a	Levantamento	1	Serviço
	b	Projeto Técnico ou Projeto Técnico Simplificado	1	Serviço
	c	Assessoria/Renovação do AVCB	2	Serviço
1		Circunscrição VI		
1	6.74	Adamantina		Serviço
	a	Levantamento	1	Serviço
	b	Projeto Técnico ou Projeto Técnico Simplificado	1	Serviço
	c	Assessoria/Renovação do AVCB	2	Serviço
1	6.75	Assis		Serviço
	a	Levantamento	1	Serviço
	b	Projeto Técnico ou Projeto Técnico Simplificado	1	Serviço
	c	Assessoria/Renovação do AVCB	2	Serviço
1	6.76	Dracena		Serviço
	a	Levantamento	1	Serviço
	b	Projeto Técnico ou Projeto Técnico Simplificado	1	Serviço
	c	Assessoria/Renovação do AVCB	2	Serviço
1	6.77	Presidente Prudente		Serviço
	a	Levantamento	1	Serviço



	b	Projeto Técnico ou Projeto Técnico Simplificado	1	Serviço
	c	Assessoria/Renovação do AVCB	2	Serviço
1	6.78	Presidente Venceslau		Serviço
	a	Levantamento	1	Serviço
	b	Projeto Técnico ou Projeto Técnico Simplificado	1	Serviço
	c	Assessoria/Renovação do AVCB	2	Serviço
1	6.79	Teodoro Sampaio		Serviço
	a	Levantamento	1	Serviço
	b	Projeto Técnico ou Projeto Técnico Simplificado	1	Serviço
	c	Assessoria/Renovação do AVCB	2	Serviço
1	6.80	Tupã		Serviço
	a	Levantamento	1	Serviço
	b	Projeto Técnico ou Projeto Técnico Simplificado	1	Serviço
	c	Assessoria/Renovação do AVCB	2	Serviço
1		Circunscrição VII		
1	7.81	Barretos		Serviço
	a	Levantamento	1	Serviço
	b	Projeto Técnico ou Projeto Técnico Simplificado	1	Serviço
	c	Assessoria/Renovação do AVCB	2	Serviço
1	7.82	Catanduva		Serviço
	a	Levantamento	1	Serviço
	b	Projeto Técnico ou Projeto Técnico Simplificado	1	Serviço
	c	Assessoria/Renovação do AVCB	2	Serviço
1	7.83	Fernandópolis		Serviço
	a	Levantamento	1	Serviço
	b	Projeto Técnico ou Projeto Técnico Simplificado	1	Serviço
	c	Assessoria/Renovação do AVCB	2	Serviço
1	7.84	Jales		Serviço
	a	Levantamento	1	Serviço



	b	Projeto Técnico ou Projeto Técnico Simplificado	1	Serviço
	c	Assessoria/Renovação do AVCB	2	Serviço
1	7.85	Jales – Arquivo		Serviço
	a	Levantamento	1	Serviço
	b	Projeto Técnico ou Projeto Técnico Simplificado	1	Serviço
	c	Assessoria/Renovação do AVCB	2	Serviço
1	7.86	José Bonifácio		Serviço
	a	Levantamento	1	Serviço
	b	Projeto Técnico ou Projeto Técnico Simplificado	1	Serviço
	c	Assessoria/Renovação do AVCB	2	Serviço
1	7.87	Olímpia		Serviço
	a	Levantamento	1	Serviço
	b	Projeto Técnico ou Projeto Técnico Simplificado	1	Serviço
	c	Assessoria/Renovação do AVCB	2	Serviço
1	7.88	São José do Rio Preto		Serviço
	a	Levantamento	1	Serviço
	b	Projeto Técnico ou Projeto Técnico Simplificado	1	Serviço
	c	Assessoria/Renovação do AVCB	2	Serviço
1	7.89	Tanabi		Serviço
	a	Levantamento	1	Serviço
	b	Projeto Técnico ou Projeto Técnico Simplificado	1	Serviço
	c	Assessoria/Renovação do AVCB	2	Serviço
1	7.90	Votuporanga		Serviço
	a	Levantamento	1	Serviço
	b	Projeto Técnico ou Projeto Técnico Simplificado	1	Serviço
	c	Assessoria/Renovação do AVCB	2	Serviço
1		Circunscrição VIII		
1	8.90	Avaré		Serviço
	a	Levantamento	1	Serviço



	b	Projeto Técnico ou Projeto Técnico Simplificado	1	Serviço
	c	Assessoria/Renovação do AVCB	2	Serviço
1	8.91	Bariri – PA de Pederneiras		Serviço
	a	Levantamento	1	Serviço
	b	Projeto Técnico ou Projeto Técnico Simplificado	1	Serviço
	c	Assessoria/Renovação do AVCB	2	Serviço
1	8.92	Bauru		Serviço
	a	Levantamento	1	Serviço
	b	Projeto Técnico ou Projeto Técnico Simplificado	1	Serviço
	c	Assessoria/Renovação do AVCB	2	Serviço
1	8.93	Bauru – Arquivo		Serviço
	a	Levantamento	1	Serviço
	b	Projeto Técnico ou Projeto Técnico Simplificado	1	Serviço
	c	Assessoria/Renovação do AVCB	2	Serviço
1	8.94	Botucatu		Serviço
	a	Levantamento	1	Serviço
	b	Projeto Técnico ou Projeto Técnico Simplificado	1	Serviço
	c	Assessoria/Renovação do AVCB	2	Serviço
1	8.95	Botucatu – Arquivo		Serviço
	a	Levantamento	1	Serviço
	b	Projeto Técnico ou Projeto Técnico Simplificado	1	Serviço
	c	Assessoria/Renovação do AVCB	2	Serviço
1	8.96	Garça		Serviço
	a	Levantamento	1	Serviço
	b	Projeto Técnico ou Projeto Técnico Simplificado	1	Serviço
	c	Assessoria/Renovação do AVCB	2	Serviço
1	8.97	Itápolis		Serviço
	a	Levantamento	1	Serviço
	b	Projeto Técnico ou Projeto Técnico Simplificado	1	Serviço



	c	Assessoria/Renovação do AVCB	2	Serviço
1	8.98	Itápolis – Arquivo		Serviço
	a	Levantamento	1	Serviço
	b	Projeto Técnico ou Projeto Técnico Simplificado	1	Serviço
	c	Assessoria/Renovação do AVCB	2	Serviço
1	8.99	Jaú		Serviço
	a	Levantamento	1	Serviço
	b	Projeto Técnico ou Projeto Técnico Simplificado	1	Serviço
	c	Assessoria/Renovação do AVCB	2	Serviço
1	8.100	Lençóis Paulista - 2ª VT		Serviço
	a	Levantamento	1	Serviço
	b	Projeto Técnico ou Projeto Técnico Simplificado	1	Serviço
	c	Assessoria/Renovação do AVCB	2	Serviço
1	8.101	Lençóis Paulista - 1ª VT		Serviço
	a	Levantamento	1	Serviço
	b	Projeto Técnico ou Projeto Técnico Simplificado	1	Serviço
	c	Assessoria/Renovação do AVCB	2	Serviço
1	8.102	Marília		Serviço
	a	Levantamento	1	Serviço
	b	Projeto Técnico ou Projeto Técnico Simplificado	1	Serviço
	c	Assessoria/Renovação do AVCB	2	Serviço
1	8.103	Ourinhos		Serviço
	a	Levantamento	1	Serviço
	b	Projeto Técnico ou Projeto Técnico Simplificado	1	Serviço
	c	Assessoria/Renovação do AVCB	2	Serviço
1	8.104	Pederneiras		Serviço
	a	Levantamento	1	Serviço
	b	Projeto Técnico ou Projeto Técnico Simplificado	1	Serviço
	c	Assessoria/Renovação do AVCB	2	Serviço



1	8.105	Santa Cruz do Rio Pardo		Serviço
	a	Levantamento	1	Serviço
	b	Projeto Técnico ou Projeto Técnico Simplificado	1	Serviço
	c	Assessoria/Renovação do AVCB	2	Serviço

2.2.1. Acerca da exigência de Marcas ou Produtos obrigatórios

2.2.1.1. Quanto à exigência de marca específica:

Não há exigência de marca específica, por se tratar de prestação de serviços sem o fornecimento de bens

2.3. Amostra

Não será exigida amostra

2.4. Da Apresentação de Protótipo

Não se aplica.

2.5. Informações sobre entrega e execução.

2.5.1. Parcelamento da Entrega - aplicado aos bens.

Não se aplica ao presente caso, por se tratar de uma contratação que envolve exclusivamente a prestação de serviços.

2.5.2. Forma de comunicação com a contratada, incluindo o acompanhamento da execução do contrato Conforme autorizado pela Lei nº 14.129/2021 e regulamentado internamente pelo Ato Regulamentar GP nº 04/2023 e os anexos que o integram, as comunicações entre o TRT e a Contratada se darão preferencialmente por meio eletrônico. Nos termos da mencionada regulamentação, as mensagens eletrônicas corretamente endereçadas, diante da ausência de confirmação de recebimento, serão consideradas recebidas no terceiro dia após seu envio, haja vista caber à empresa interessada a obrigação de manter seu endereço eletrônico atualizado junto ao cadastro no TRT. Inobstante, os seguintes meios de comunicação também podem ser utilizados:

Forma	Periodicidade
-------	---------------



X	Encaminhamento de Ordem de Serviço	Conforme especificações da descrição
X	E-mail	Quando necessário
	Abertura de chamado	Conforme especificações da descrição
X	Reunião Presencial	<u>Logo após a assinatura do Contrato</u>
X	Reunião Videoconferência	Quando necessário
	Outra	

2.5.3. Necessidade de conhecimento do local de entrega/execução

As visitas técnicas para formulação das propostas serão facultativas, inclusive ao vencedor do certame, podendo ser realizadas conforme a necessidade técnica identificada pela Contratada. A visita tem caráter de apoio para conhecimento das condições reais e atualizadas do local, auxiliando na adequada execução dos serviços. Eventuais problemas decorrentes da ausência de visita técnica serão de total responsabilidade e risco da Contratada.

2.5.4. Local de Entrega

Endereço: Relação das Unidades anexa ao Termo de Referência.

Dias da Semana: De 2ª a 6ª feira

Horário: Mediante Agendamento

Agendamento pelos Contatos:

E-mail(s): Poderá ser obtido através do seguinte endereço eletrônico:
<https://trt15.jus.br/contato/informacoes-das-varas>

Telefone(s): Poderá ser obtido através do seguinte endereço eletrônico:
<https://trt15.jus.br/contato/informacoes-das-varas>

Sobre trabalho noturno ou de fim de semana: Não há essa possibilidade/Não se aplica.

2.6. Prazo da vigência da contratação e possibilidade de prorrogação.

05 (cinco) anos, a contar da assinatura do contrato, prorrogável por até 10 anos, na forma dos artigos 106 e 107 da Lei nº 14.133/2021.

Demais disposições estão detalhadas na minuta contratual.



2.7. Condições de execução

2.7.1. Prazo de de execução dos serviços:

As parcelas do objeto deverão atender aos prazos e condições especificados a seguir:

Etapa 1 - Levantamento acerca da situação cadastral de todos os imóveis

Prazo/Frequência: 60 (sessenta) dias contados da assinatura do contrato

Etapa 2 - Projeto Técnico ou Projeto Técnico Simplificado (para até 10 Unidades)

Prazo/Frequência: 30 (trinta) dias contados da requisição do TRT

Etapa 3 -Projeto Técnico ou Projeto Técnico Simplificado (para até 20 Unidades)

Prazo/frequência: 60 (sessenta) dias contados da requisição do TRT

Etapa 4 -Projeto Técnico ou Projeto Técnico Simplificado (para até 30 Unidades)

Prazo/Frequência: 90 (noventa) dias contados da requisição do TRT

Etapa 5 -Projeto Técnico ou Projeto Técnico Simplificado (para até 40 Unidades)

Prazo/Frequência: 120 (cento e vinte) dias contados da requisição do TRT

Etapa 6 - Projeto Técnico ou Projeto Técnico Simplificado (para até 50 Unidades)

Prazo/Frequência: 150 (cento e cinquenta) contados da requisição do TRT

Etapa 7 - Projeto Técnico ou Projeto Técnico Simplificado (para até 50 Unidades)

Prazo/Frequência: 160 (cento e sessenta) contados da requisição do TRT

Etapa 8 - Protocolo inicial perante o Sistema Via Fácil Bombeiros do Corpo de Bombeiros

Prazo/Frequência: 10 (dez) dias contados da requisição do TRT

2.7.2. Caso não seja possível a entrega na data assinalada, a empresa deverá comunicar as razões respectivas com pelo menos 3 (três) dias úteis de antecedência do término do prazo inicialmente previsto para que qualquer pleito de prorrogação de prazo seja analisado, ressalvadas situações de caso fortuito e força maior.



2.8. Garantia, manutenção e assistência técnica

O prazo de garantia é aquele estabelecido na Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1990 (Código de Defesa do Consumidor).

Não haverá exigência de garantia contratual além da legal para a presente contratação.

A garantia será prestada com vistas a manter o objeto fornecido em perfeitas condições de uso, sem qualquer ônus ou custo adicional para o TRT.

A garantia abrange, quando pertinente, a realização da manutenção corretiva dos bens pela própria CONTRATADA, ou, se for o caso, por meio de assistência técnica autorizada, de acordo com as normas técnicas específicas.

Entende-se por manutenção corretiva aquela destinada a corrigir os defeitos apresentados pelos bens, compreendendo a substituição de peças, a realização de ajustes, reparos e correções necessárias.

Quando o caso, as peças que apresentarem vício ou defeito no período de vigência da garantia deverão ser substituídas por outras novas, de primeiro uso, e originais, que apresentem padrões de qualidade e desempenho iguais ou superiores aos das peças utilizadas na fabricação do equipamento.

A CONTRATADA, quando aplicável e pertinente ao Tribunal, deverá disponibilizar equipamento equivalente, de especificação igual ou superior ao anteriormente fornecido, para utilização em caráter provisório pelo TRT, de modo a garantir a continuidade dos trabalhos administrativos durante a execução dos reparos.

Decorrido o prazo para reparos e substituições sem o atendimento da solicitação do TRT ou a apresentação de justificativas pela CONTRATADA, fica o TRT autorizado a contratar empresa diversa para executar os reparos, ajustes ou a substituição do bem ou de seus componentes, bem como a exigir da CONTRATADA o reembolso pelos custos respectivos, sem que tal fato acarrete a perda da garantia dos equipamentos.

O custo referente ao transporte dos equipamentos cobertos pela garantia será de responsabilidade da CONTRATADA.

A garantia legal ou complementar do objeto tem prazo de vigência próprio e desvinculado daquele fixado no contrato, permitindo eventual aplicação de penalidades em caso de descumprimento de alguma de suas condições, mesmo depois de expirada a vigência contratual.



2.9. Exigências de Habilitação:

a) Atestado de capacidade técnico-operacional:

Apresentação de um ou mais atestados de comprovação de aptidão emitido(s) por pessoas jurídicas de direito público ou privado, com a discriminação dos serviços prestados ou do fornecimento de bens, que comprove a Elaboração de Laudos e Relatórios Técnicos para obtenção de AVCB

Somente serão aceitos atestados expedidos após a conclusão do contrato ou se decorrido, pelo menos, um ano do início de sua execução, exceto se firmado para ser executado em prazo inferior, em consonância com a IN 05/2017-MPDG, ANEXO VII-A DIRETRIZES GERAIS PARA ELABORAÇÃO DO ATO CONVOCATÓRIO

Será exigida experiência mínima de 3 anos da empresa na execução dos serviços? Sim, haverá essa exigência e sua justificativa consta nos Estudos Técnicos Preliminares.

b) Registro da empresa em conselho profissional:

Certidão de Registro de Pessoa Jurídica junto ao Conselho Regional de Engenharia e Agronomia (CREA) ou outro Conselho competente, em plena validade. Caso a empresa vencedora tenha registro no Conselho acima em seccional distinta do local da deste Tribunal, é exigido o visto no respectivo conselho do Estado de São Paulo, conforme disposto nas obrigações da contratada desta contratação.

c) Atestado de Capacidade Profissional

1) Apresentação de Certidão de Acervo Técnico (CAT), ou documento equivalente, expedida pelo CREA ou outro Conselho competente, em nome do(s) responsável(veis) técnico(s) e ou membros da equipe técnica que participarão da execução do objeto, que demonstre Anotação de Responsabilidade Técnica - ART ou Registro de Responsabilidade Técnica - RRT, ou instrumento equivalente, relativo à execução de serviço(s) semelhante(s) ao objeto deste edital:

Execução de serviços de elaboração de Projetos Técnicos (PT) e Projetos Técnicos Simplificados (PTS) para fins de obtenção de Auto de Vistoria do Corpo de Bombeiros (AVCB) e/ou Certificado de Licença do Corpo de Bombeiros (CLCB), contemplando a elaboração, aprovação dos mesmos junto ao CBPMESP e a respectiva emissão das licenças (AVCB/CLCB), com todas as medidas, equipamentos e sistemas de segurança contra incêndio e pânico, conforme a legislação estadual vigente e as instruções técnicas do Corpo de Bombeiros da Polícia Militar do Estado de São Paulo - CBPMESP.



2) Comprovação de que os responsáveis ou membros da equipe técnica acima elencados pertencem ao quadro permanente da licitante, e com registro ativo no respectivo conselho. A Comprovação será feita, conforme requisitos abaixo:

2.1) Empregado: cópia da ficha ou livro de registro de empregado registrada na DRT ou, cópia da Carteira de Trabalho e Previdência Social, ou ainda, outra forma de demonstração de Registro, em caso de utilização da Carteira de Trabalho Digital:

2.2) Sócio: Contrato Social/Estatuto Social devidamente registrado em órgão competente;

2.3) Diretor: cópia do Contrato Social, em se tratando de firma individual ou limitada ou cópia da ata de eleição devidamente publicada na imprensa, em se tratando de sociedade anônima;

2.4) Prestador de serviço: Contrato em regime de prestação de serviços firmado com o licitante, vigente na data da licitação ou declaração de compromisso de vinculação contratual futura, caso o licitante se sagre vencedor do certame.

3) Na ocasião da contratação e da execução dos serviços, os responsáveis técnicos só poderão ser substituídos, desde que aprovados pelo TRT, por profissionais de igual ou superior capacidade técnica, devidamente comprovado nos termos deste Edital.

Será exigida relação de compromissos assumidos pelo licitante? Sim.

2.10. Demais Características do Objeto

2.10.1. Natureza do Objeto

É bem ou serviço comum, tendo em vista que os padrões de desempenho e qualidade podem ser objetivamente definidos pelo edital, por meio de especificações usuais de mercado.

Ademais, o objeto é de natureza continuada, conforme disposto na Seção II do Manual de Contratação de Bens e Serviços do Tribunal.

O objeto não está contemplado na Resolução CICS/MGI nº 8 de março de 2025, que especifica os produtos manufaturados nacionais que serão objeto de margens de preferência normal e adicional nas licitações realizadas no âmbito da administração pública federal direta, autárquica e fundacional

2.10.4. Regime de Execução



empreitada por preço unitário

Justificativa: Trata-se de contrato para a execução de serviços voltados à obtenção das licenças do CBPMESP (ACVB/CLCB) das diversas Unidades do TRT, as quais têm validade de 03 (três) anos, cada uma com vencimento em data distinta. Incluindo os imóveis cujos AVCB/CLCB encontram-se vencidos. Assim, a presente contratação tem por escopo a execução dos serviços por tarefa, ou seja, o TRT requisitará a prestação dos serviços de acordo com as urgências e prioridades e de acordo com os iminentes vencimentos para as respectivas Unidades.

2.10.5. Arquivos Auxiliares

Os arquivos estão disponíveis como anexo a este documento, bem como através do seguinte link:

<https://drive.google.com/drive/folders/1atv0temu0kqxcAagS27CM-e2CjstxhYe?usp=sharing>

2.10.5.1. No caso de eventuais incongruências entre os arquivos disponibilizados e a descrição contida neste Termo de Referência/Projeto Básico, deverá prevalecer:

O descritivo deste Termo de Referência.

2.10.6. Legislação e demais regulamentações específicas aplicáveis

Não há legislação ou outros dispositivos específicos aplicáveis.

3. SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇOS (SRP)

A presente contratação não utilizará o Sistema de Registro de Preços

4. FORMA E CRITÉRIO DE SELEÇÃO

4.1. Forma de seleção e critério de julgamento da proposta

4.1.1. Critério de Julgamento:

Menor Preço.

4.1.2. Modalidade:

Pregão, sob a forma eletrônica.



4.2. Quanto à utilização de instrumento de Termo de Contrato (Minuta Contratual)

Será utilizada minuta de contrato por se tratar de contratação continuada.

5. MODELO DE GESTÃO DO CONTRATO E EXECUÇÃO DO OBJETO

5.1. Obrigações da Contratante e da Contratada

5.1.1. Obrigações da Contratante (TRT)

1. Proporcionar todas as facilidades necessárias à execução deste contrato, mantendo o acesso às dependências correlatas livre e desimpedido, assegurando, ainda, que o ambiente de trabalho, inclusive seus equipamentos e instalações, apresentem condições adequadas ao cumprimento, pela CONTRATADA, das normas de segurança e saúde no trabalho, quando o serviço for executado em suas dependências, ou em local por ela designado;
2. Indicar local apropriado para execução ou entrega do objeto;
3. Designar e nomear a equipe de gestão e fiscalização da contratação;
4. Acompanhar e fiscalizar a execução do contrato e o cumprimento das obrigações pela CONTRATADA;
5. Exigir o cumprimento de todas as obrigações assumidas pela CONTRATADA, de acordo com o contrato e seus anexos;
6. Notificar a CONTRATADA, por escrito, sobre vícios, defeitos ou incorreções verificadas na prestação do objeto contratado, fixando prazo para a sua correção, certificando-se que as soluções por ela propostas sejam as mais adequadas;
7. Comunicar a empresa CONTRATADA para emissão de Nota Fiscal no que pertine à parcela incontroversa, para efeito de liquidação e pagamento, quando houver controvérsia sobre a execução do objeto, quanto à dimensão, qualidade e quantidade, conforme o art. 143 da Lei nº 14.133, de 2021;
8. Receber o objeto no prazo e condições estabelecidas neste Termo de Referência;
9. Efetuar o pagamento à CONTRATADA do valor correspondente ao fornecimento do objeto, no prazo, forma e condições estabelecidos neste Termo de Referência;
10. Aplicar à CONTRATADA as sanções previstas na Lei e/ou no Edital e seus anexos;
11. Cientificar o órgão de representação judicial da Advocacia-Geral da União para adoção das medidas cabíveis quando do descumprimento de obrigações pela CONTRATADA;
12. Explicitamente emitir decisão sobre todas as solicitações e reclamações relacionadas à execução da presente contratação, ressalvados os requerimentos manifestamente impertinentes, meramente protelatórios ou de nenhum interesse para a boa execução do ajuste;
13. O TRT terá o prazo de 60 (sessenta dias), a contar da data do protocolo válido do requerimento para decidir, admitida a prorrogação motivada, por igual período.
14. Responder eventuais pedidos de restabelecimento do equilíbrio econômico-financeiro feitos pela CONTRATADA no prazo máximo de 60 (sessenta dias);



15. Se o caso, notificar os emitentes das garantias quanto ao início de processo administrativo para apuração de descumprimento de regras contratuais;

16. O TRT não responderá por quaisquer compromissos assumidos pela CONTRATADA com terceiros, ainda que vinculados à execução desta contratação, bem como por qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato da CONTRATADA, de seus empregados, prepostos ou subordinados.

5.1.2. Obrigações da Contratada

A CONTRATADA se compromete a dar plena e fiel execução à presente contratação, respeitando todas as condições nele estabelecidas, incluindo aquelas constantes deste termo de referência, além das previstas na minuta contratual, conforme o caso, obrigando-se ainda a:

1. Executar os serviços contratados de acordo com as técnicas de execução pertinentes, com zelo e diligência, mantendo as áreas de trabalho continuamente limpas e desimpedidas, e fazendo, inclusive, a remoção dos entulhos, sempre observado os prazos estabelecidos neste instrumento;

2. Providenciar todas as licenças, autorizações, permissões ou demais diligências eventualmente necessárias junto aos órgãos competentes para a plena execução do objeto.

3. Instruir seus empregados a circularem somente em áreas a eles autorizadas e a acatar as Normas Internas do TRT;

4. Observar as recomendações constantes do “Guia de Contratações Sustentáveis da Justiça do Trabalho”, instituído pelo CSJT – Conselho Superior da Justiça do Trabalho, sem prejuízo da legislação e das normas vigentes que amparam as contratações de serviços pela Administração Pública, em especial as discriminadas no tópico referente a Sustentabilidade deste Termo de Referência, constituindo obrigação da contratada manter as condições ali exigidas, e que poderão ser verificadas constantemente durante toda a vigência do contrato, sob pena de rescisão contratual;

5. Fornecer, orientar e exigir o uso de todos os EPI's (Equipamentos de Proteção Individual) necessários para a execução dos serviços nas dependências do TRT, bem como fiscalizar o uso, não incidindo sobre o TRT qualquer ônus, bem como obedecer a todas as recomendações, com relação à segurança do trabalho;

6. Alocar os empregados necessários, com habilitação e conhecimento adequados, ao perfeito cumprimento das cláusulas deste contrato, fornecendo os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios demandados, cuja quantidade, qualidade e tecnologia deverão atender às recomendações de boa técnica e a legislação de regência;



7. Orientar e treinar seus empregados sobre os deveres previstos na Lei nº 13.709, de 14 de agosto de 2018, adotando medidas eficazes para proteção de dados pessoais a que tenha acesso por força da execução deste contrato
8. Conduzir os trabalhos com estrita observância às normas da legislação pertinente, cumprindo as determinações dos Poderes Públicos, mantendo sempre limpo o local de execução do objeto e nas melhores condições de segurança, higiene e disciplina.
9. Submeter previamente, por escrito, ao contratante, para análise e aprovação, quaisquer mudanças nos métodos executivos que fujam às especificações do memorial descritivo ou instrumento congênere;
10. Não permitir a utilização de qualquer trabalho do menor de dezesseis anos, exceto na condição de aprendiz para os maiores de quatorze anos, nem permitir a utilização do trabalho do menor de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre;
11. Caso a empresa CONTRATADA tenha registro no CREA ou em outro Conselho com atribuição para o objeto em questão, em seccional distinta do local da prestação dos serviços, deverá apresentar ao gestor do contrato, no prazo máximo de 5 (cinco) dias úteis da data de assinatura do contrato, bem como de demais solicitações que o TRT venha a efetuar no decorrer da contratação, o visto no respectivo Conselho do Estado de São Paulo.
12. De acordo com o Código de Defesa do Consumidor (Lei nº 8.078, de 1990) e nos termos do item “RESPONSABILIDADES DA CONTRATADA” deste documento, responder integralmente por perdas e danos que vier a causar ao TRT ou a terceiros em razão de ação ou omissão, dolosa ou culposa, sua ou dos seus prepostos, durante a execução, independentemente de outras cominações contratuais ou legais a que estiver sujeita, não reduzindo essa responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento da execução contratual pelo TRT, que ficará autorizado a descontar dos pagamentos devidos ou da garantia, caso exigida no edital, o valor correspondente aos danos sofridos;
13. Reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, no prazo fixado pela fiscalização da contratação, os objetos nos quais se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou dos materiais empregados;
14. Responsabilizar-se técnica e administrativamente pelo objeto contratado, não sendo aceito, sob qualquer pretexto, a transferência de responsabilidade a outras entidades, sejam fabricantes, técnicos ou quaisquer outros, ressalvadas as hipóteses de transformação empresarial possíveis de acordo com a Lei e com o Edital, salvo se previamente autorizado por escrito pelo TRT e a seu exclusivo critério;



15. Garantir ao TRT o acesso, a qualquer tempo, ao local dos trabalhos, bem como aos documentos relativos à execução do objeto e/ou paralisar, por determinação do TRT, qualquer atividade que não esteja sendo executada de acordo com a boa técnica ou que ponha em risco a segurança de pessoas ou bens de terceiros;
16. Se o caso, promover a guarda, manutenção e vigilância de materiais, ferramentas, e tudo o que for necessário à execução do objeto, durante a vigência da contratação;
17. Fornecer por escrito, sempre que solicitado pelo TRT ou quando achar conveniente, ocorrências relativas a pessoal, material retirado, adquirido ou andamento da execução do objeto;
18. Conduzir os trabalhos com estrita observância às normas da legislação pertinente, cumprindo as determinações dos Poderes Públicos, mantendo sempre limpo o local dos serviços e nas melhores condições de segurança, higiene e disciplina;
19. Submeter previamente, por escrito, ao TRT, para análise e aprovação, quaisquer mudanças nos métodos executivos que fujam às especificações do memorial descritivo ou instrumento congênere, bem como comunicar à fiscalização da contratação, no prazo de 24 (vinte e quatro) horas, qualquer ocorrência anormal ou acidente que se verifique no local da execução do objeto contratado;
20. Comunicar ao TRT, no prazo máximo previsto no Termo de Referência, que antecede a data da entrega e/ou da instalação/prestação do serviço, os motivos que impossibilitem o cumprimento do prazo previsto, com a devida comprovação, bem como comunicar à fiscalização da contratação, no prazo de 24 (vinte e quatro) horas, qualquer ocorrência anormal ou acidente que se verifique no local da execução do objeto contratado;
21. Fornecer por escrito, sempre que solicitado pelo TRT ou quando achar conveniente, ocorrências relativas a pessoal, material retirado, adquirido ou sobre o andamento dos fornecimentos ou dos serviços;
22. Além do quanto disposto no item anterior, comunicar ao TRT, por escrito, qualquer anormalidade ou situação de caráter urgente que seja verificada durante a execução desta contratação, além de prestar esclarecimentos que forem solicitados ou que julgar necessários;
23. Efetuar comunicação ao TRT, assim que tiver ciência da impossibilidade de realização ou finalização do serviço no prazo estabelecido, para adoção de ações de contingência cabíveis;
24. Comunicar ao TRT, por escrito, no prazo de até 30 (trinta) dias, quaisquer alterações havidas no contrato social da CONTRATADA durante a vigência desta contratação e,



igualmente, durante a vigência da garantia dos equipamentos, juntando à comunicação cópia do documento de formalização da respectiva alteração;

25. A contratada deverá indicar um preposto para a contratação, devendo esse estar disponível durante o horário comercial para comparecer eventualmente e facilitar a comunicação entre CONTRATANTE e CONTRATADA, sendo este o interlocutor da CONTRATADA junto ao TRT para os assuntos relativos ao cumprimento das obrigações contratuais e para participar de reuniões de acompanhamento, sempre que solicitado por este TRT, preenchendo, ainda, as seguintes regras:

a)- A indicação do preposto da CONTRATADA deverá ser feita por documento escrito, antes do início da execução do objeto ou previamente nos casos em que a CONTRATADA desejar substituí-lo, apontando expressamente os poderes e deveres do preposto em relação à execução do objeto.

b)- A indicação ou a manutenção do preposto da CONTRATADA poderá ser recusada pelo TRT, desde que a recusa seja devidamente justificada, podendo a CONTRATADA, a seu exclusivo critério, designar outro para o exercício da atividade;

c)- Deverá ser fornecido ao TRT número de telefone e endereço de e-mail para rápido e fácil contato do preposto nomeado pela empresa, e este deverá manter permanente contato com o gestor da contratação, adotando as providências requeridas relativas à execução do objeto contratado.

26. Se o caso, alocar os empregados necessários ao perfeito cumprimento das regras desta contratação, com habilitação e conhecimento adequados, fornecendo os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios demandados, cuja quantidade, qualidade e tecnologia deverão atender às recomendações de boa técnica e a legislação de regência, bem como orientar e treinar seus empregados sobre os deveres previstos na Lei nº 13.709, de 14 de agosto de 2018, adotando medidas eficazes para proteção de dados pessoais a que tenha acesso por força da execução do contrato;

27. Cumprir, durante todo o período de execução do objeto, a reserva de cargos prevista em lei para pessoa com deficiência, para reabilitado da Previdência Social, bem como as reservas de cargos previstas na legislação, conforme art. 116 da lei 14.133, de 2021;

28. Cumprir, também, no caso da contratada não ser enquadrada como microempresa ou empresa de pequeno porte, nos termos da Lei Complementar 123/2026, a reserva de cargos para aprendiz;

29. Comprovar as reservas de cargos a que se refere ao subitem acima, no prazo fixado pela fiscalização da contratação, com a indicação dos empregados que preencheram as referidas



vagas, de acordo com o parágrafo único do art. 116 da lei 14.133, de 2021;

30. Não permitir a utilização de qualquer trabalho do menor de dezesseis anos, exceto na condição de aprendiz para os maiores de quatorze anos, nem permitir a utilização do trabalho do menor de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre;

31. Não contratar, durante a vigência da contratação, cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau, de dirigente do TRT ou do fiscal ou gestor da contratação, nos termos do artigo 48, parágrafo único, da Lei nº 14.133, de 2021, bem como observar as disposições pertinentes à matéria, constantes da Resolução nº 07/2005 do Conselho Nacional de Justiça, ou de qualquer outro normativo que venha substituí-la;

32. Observar as recomendações constantes do “Guia de Contratações Sustentáveis da Justiça do Trabalho”, instituído pelo CSJT – Conselho Superior da Justiça do Trabalho, sem prejuízo da legislação e das normas vigentes que amparam as contratações de serviços pela Administração Pública, em especial aquelas estabelecidas neste Termo de Referência.

33. Manter, durante a vigência desta contratação, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições exigidas para habilitação na licitação, em especial, devidamente válidas e atualizadas, as seguintes certidões de regularidade, cuja autenticidade será verificada pela Internet:

a) Expedidas conjuntamente pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), a Certidão Negativa de Débitos Relativos a Créditos Tributários Federais e à Dívida Ativa da União, ou Certidão Positiva com Efeitos de Negativa de Débitos relativos a Créditos Tributários Federais e à Dívida Ativa da União;

b) Expedido pela Caixa Econômica Federal (CEF), o Certificado de Regularidade do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (CRF); e

c) Expedida pela Justiça do Trabalho, a Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas (CNDT);

34. Realizar, para fins de pagamento da prestação dos serviços pelo TRT, o cadastramento no Sistema Integrado de Gestão Orçamentária e Financeira da Justiça do Trabalho (SIGEO), observando-se as regras de faturamento e de entrega e recebimento do objeto. O cadastramento será realizado no endereço eletrônico: <https://portal.sigeo.jt.jus.br/portal-externo/0>;

35. Fornecer a documentação solicitada pelo TRT para a realização do cadastro prévio necessário ao acesso da CONTRATADA e de seu representante legal, como usuários externos, ao Sistema de Processo Administrativo Eletrônico (PROAD);



36. Atender às determinações regulares emitidas pelo fiscal ou gestor da contratação ou autoridade superior, nos termos do art. 137, II, da Lei n.º 14.133, de 2021, e prestar todo esclarecimento ou informação por eles solicitados;
37. Guardar sigilo sobre todas as informações obtidas em decorrência do cumprimento desta contratação;
38. Arcar com o ônus decorrente de eventual equívoco no dimensionamento dos quantitativos de sua proposta, inclusive quanto aos custos variáveis decorrentes de fatores futuros e incertos, devendo complementá-los, caso o previsto inicialmente em sua proposta não seja satisfatório para o atendimento do objeto da contratação, exceto quando ocorrer algum dos eventos arrolados no art. 124, II, d, da Lei nº 14.133, de 2021;
39. Cumprir, além dos postulados legais vigentes de âmbito federal, estadual ou municipal, as normas de segurança do TRT;"
40. Instruir seus empregados a circularem somente em áreas a eles autorizadas e a acatar as Normas Internas do TRT, inclusive, e se o caso, com relação a disposições sobre o uso geral e obrigatório de equipamentos de proteção contra a disseminação do COVID-19;
41. Responsabilizar-se pelo pagamento de eventuais multas aplicadas por autoridades federais, estaduais, municipais ou distritais, em consequência de fato a ela imputável e relacionado com o objeto contratado.
42. Obter junto aos órgãos competentes, conforme o caso, as licenças necessárias e demais documentos e autorizações exigíveis, na forma da legislação aplicável;
43. Elaborar o Diário de Obra, incluindo diariamente, pelo Engenheiro, ou outro profissional competente, preposto responsável, as informações sobre o andamento do empreendimento, tais como, número de funcionários, de equipamentos, condições de trabalho, condições meteorológicas, serviços executados, registro de ocorrências e outros fatos relacionados, bem como os comunicados à Fiscalização e situação das atividades em relação ao cronograma previsto;
44. Refazer, às suas expensas, os trabalhos executados em desacordo com o estabelecido nas especificações, bem como substituir aqueles realizados com materiais defeituosos ou com vício de construção, pelo prazo estabelecido em Lei, ou no Termo de Referência, contado da data de emissão do Termo de Recebimento Definitivo;
45. Responder por qualquer acidente de trabalho na execução dos serviços, por uso indevido



de patentes registradas em nome de terceiros, por danos resultantes de defeitos ou incorreções dos serviços ou dos bens do TRT, de seus funcionários ou de terceiros, ainda que ocorridos em via pública junto ao serviço de engenharia.

46. Realizar, conforme o caso, por meio de laboratórios previamente aprovados pela fiscalização e sob suas custas, os testes, ensaios, exames e provas que lhe caibam necessárias ao controle de qualidade dos materiais, serviços e equipamentos a serem aplicados nos trabalhos, conforme procedimento previsto nas especificações;

47. Providenciar, conforme o caso, as ligações definitivas das utilidades previstas no projeto (água, esgoto, gás, energia elétrica, telefone etc.), bem como atuar junto aos órgãos federais, estaduais e municipais e concessionárias de serviços públicos para a obtenção de licenças e regularização dos serviços e atividades concluídas (ex.: Habite-se, Licença Ambiental de Operação etc.).

48. Será permitida a subcontratação, nos termos do art. 122 da lei 14.133/2021, respeitando o disposto no tópico específico à este tema no Termo de Referência.

49. Ceder ao TRT todos os direitos patrimoniais relativos ao objeto contratado, o qual poderá ser livremente utilizado e/ou alterado em outras ocasiões, sem necessidade de nova autorização da CONTRATADA;

50. Considerando que o objeto contratado se refere a obra imaterial de caráter tecnológico, insuscetível de privilégio, a cessão dos direitos a que se refere o item acima inclui o fornecimento de todos os dados, documentos e elementos de informação pertinentes à tecnologia de concepção, desenvolvimento, fixação em suporte físico de qualquer natureza e sua aplicação;

5.1.3. Obrigações específicas da CONTRATADA relacionadas ao objeto:

1. Executar os serviços contratados de acordo com as técnicas de execução pertinentes e obedecendo aos prazos indicados quando da efetivação da contratação;

2. Após a assinatura do contrato, apresentar aos Fiscais do Contrato, o(s) engenheiro(s) ou outro(s) profissional(is) responsável(eis) pela elaboração dos Relatórios e eventuais vistorias dos prédios;

3. Providenciar perante o CREA, CAU ou outro Conselho de Profissionais, a(s) ARTs/RRTs conforme abaixo:

- ART/RRT - instalação/manutenção - CMAR, conforme IT-10/2025;
- ART/RRT - instalação/manutenção - Compartimentação horizontal, vertical e de Shafts;
- ART/RRT - instalação/manutenção - medidas de segurança contra incêndio;



- ART/RRT - Instalações elétricas.
 - Atestado de conformidade da instalação elétrica, conforme IT 41/2025.
4. A execução dos serviços deverá obedecer rigorosamente, além das especificações constantes do Contrato, ao disposto nas Instruções Técnicas do Corpo de Bombeiros;
 5. Fornecer todos os materiais e/ou equipamentos indispensáveis à boa execução dos serviços contratados, incluindo escadas, conforme necessário;
 6. Fornecer ao TRT a relação nominal e a identificação de todo o pessoal envolvido diretamente na execução do serviço;
 7. Comunicar ao gestor do contrato, por escrito, eventual alteração do responsável técnico pelos projetos e, na sua ocorrência, enviar junto da comunicação a comprovação de registro no CREA, CAU ou outro Conselho responsável do novo responsável técnico, e documentos comprobatórios de atendimento ao item Qualificação Técnica do processo de contratação;
 8. Os serviços deverão ser executados por pessoal técnico qualificado;
 9. O Contratante não aceitará, sob nenhum pretexto, a transferência de qualquer responsabilidade da Contratada para outras entidades, sejam fabricantes, técnicos, subempreiteiros, etc;
 10. Providenciar, no prazo máximo de 48 horas, a contar da comunicação por escrito da contratante, a substituição do engenheiro ou técnico que não esteja atingindo os objetivos pactuados no contrato, bem como a reposição, no mesmo prazo, do profissional nos casos de falta, ausência legal, férias ou por afastamento definitivo, de maneira a não prejudicar o bom andamento e a boa execução dos serviços. Neste caso, a empresa contratada deverá cumprir as exigências estabelecidas neste edital, comprovando, por meio de atestados, a capacidade técnica do novo profissional a ser contratado.
 11. Fornecer por escrito, sempre que solicitado pelo Contratante e quando achar conveniente sem solicitação do Contratante, ocorrências relativas a pessoal, material retirado e adquirido, andamento dos serviços etc;
 12. Obedecer a todas as recomendações, com relação à segurança do trabalho, de acordo com as normas regulamentadoras do MTE;
 13. Responsabilizar-se pelos encargos provenientes de acidente que vitime um ou mais dos empregados alocados na execução dos serviços contratados, assim como pela indenização que porventura daí originar e por tudo o mais quanto às exigências das leis sociais, trabalhistas e fiscais, decorrentes da execução dos serviços. A Contratada se responsabilizará



por quaisquer acidentes de trabalho, danos ou prejuízos causados ao contratante e a terceiros;

14. Cumprir com todas as obrigações: trabalhistas, fiscais e previdenciárias, inclusive aquelas decorrentes de acidentes; indenizações, seguros e quaisquer outras decorrentes da sua condição de empregadora, sem qualquer solidariedade do TRT;

15. Responsabilizar-se pelo fiel cumprimento de todas as disposições e acordos relativos à legislação social e trabalhista em vigor, particularmente no que se refere ao pessoal alocado nos serviços objeto do contrato;

16. Efetuar o pagamento de todos os impostos, taxas e demais obrigações fiscais incidentes ou que vierem a incidir sobre o objeto do contrato;

17. Os relatórios e laudos deverão ser entregues em arquivo eletrônico, além de impressos (duas cópias) com a assinatura do responsável técnico pela sua execução e o número da ART/RRT;

18. Apresentar um relatório inicial de vistoria para todas as unidades, contendo registros fotográficos originais e atualizados, realizados presencialmente, a fim de documentar as condições existentes, bem como subsidiar a elaboração dos Projetos Técnicos (PT/PTS) para obtenção do AVCB/CLCB;

19. Entregar uma pasta geral digital contendo os projetos técnicos e documentos de cada unidade, para posse e arquivo pelo Tribunal. Além disso, deverá fornecer uma pasta individual para cada unidade, tanto em formato físico quanto digital, contendo a planta dos projetos, os Memoriais Básicos Descritivos dos Projetos, as respectivas ARTs ou RRTs dos sistemas envolvidos (incêndio, elétrica/SPDA, CMAR, compartimentação e shafts, entre outros), o respectivo Projeto Técnico (PT) ou Projeto Técnico Simplificado (PTS), Auto de Vistoria do Corpo de Bombeiros (AVCB) anterior, relatório inicial de vistoria, atestados de conformidade das instalações elétricas, conforme IT - 41/25, relatórios e outros documentos relacionados; com fotografias originais e os formulários preenchidos de segurança contra incêndios do CB e demais formulários pertinentes previstos nas ITs do CBMESP para cada caso, segundo seu enquadramento. As pastas físicas deverão ser do tipo AZ ou catálogo, com identificação na lombada e organização interna adequada;

20. Apresentação do Projeto Técnico (PT) ou do Projeto Técnico Simplificado (PTS), de acordo com o enquadramento e classificação de cada edificação, em conformidade com o Decreto Estadual 69.118/2024, as instruções técnicas do CBPMESP, observadas as exigências técnicas previstas nas normas técnicas da ABNT para a devida aprovação do AVCB/CLCB junto ao citado órgão, contendo as plantas do imóvel com as sinalizações de segurança, saídas de emergência e suas rotas de fuga, iluminação de emergência, sistemas de hidrantes/mangotinhos, chuveiros automáticos, extintores, e demais equipamentos e



dispositivos de emergência(detektores, alarmes,..) previstos ou presentes na unidade, controle dos materiais de acabamentos e revestimentos, cálculo das cargas totais de incêndio, quando for o caso, segundo a classificação para cada unidade/edificação;

21. Elaboração do Memorial Básico Descritivo do projeto de prevenção e combate a incêndios de cada edificação/instalação, contendo as informações básicas construtivas detalhadas sobre os materiais de construção, sistemas de proteção contra incêndio, informações relativas à pressurização das escadas de segurança, demais características do imóvel, cálculo preciso da quantidade e capacidade dos equipamentos de combate a incêndio (extintores, hidrantes, sprinklers, acessórios, e demais para cada caso;

22. Fornecimento dos respectivos Formulários de Segurança Contra Incêndios preenchidos, relativos ao atendimento das Instruções Técnicas - ITs do CBMESP pertinentes a cada caso, e demais formulários previstos;

23. A elaboração do Projeto de Segurança contra Incêndio (PSCI) das unidades listadas em anexo, com fornecimento do conjunto das especificações técnicas, plantas, cortes, detalhes, diagramas e isométricos de representação das medidas de segurança, e, quando houver, o memorial descritivo do PSCI, sua parte descritiva, cálculos, ábacos e tabelas, contendo os conceitos, premissas e etapas utilizados para definir, localizar, caracterizar e detalhar o projeto do sistema de hidrantes da edificação, desde a concepção até a sua implantação e manutenção. O detalhamento dos serviços a serem executados em razão das adequações de cada instalação/edificação, conforme o projeto elaborado e aprovado no CBMESP e/ou medidas normativas de prevenção e combate a incêndios exigidas pelo CBMESP, em razão da observância das adaptações necessárias às normas de segurança contra incêndio para as edificações existentes.

24. Além das exigências já previstas, atender as demais exigências técnicas ou condicionantes específicas do CBMESP que se fizerem necessárias à emissão do AVCB/CLCB de cada edificação/instalação;

5.1.3. Responsabilidades da Contratada

A CONTRATADA será responsabilizada civilmente por danos causados diretamente ao TRT ou a terceiros na execução do objeto ou, ainda, por danos provocados por seus profissionais aos bens e instalações onde estiverem desenvolvendo suas atribuições e pelo extravio de documentos ou objetos do TRT, quando comprovados dolo, negligência, imprudência ou imperícia. Deverá a CONTRATADA proceder, imediatamente, aos reparos necessários ou ao pagamento da indenização correspondente, sob pena de dedução do seu importe por ocasião do pagamento do objeto contratado.

Responderá também, administrativamente, a CONTRATADA, por qualquer descumprimento



a obrigações de natureza trabalhista, tributária ou fiscal e ético-profissional impostas pelos órgãos públicos, decorrentes da execução do objeto.

A inadimplência da CONTRATADA pelo não cumprimento das obrigações previstas em Acordo, Convenção, Dissídio Coletivo de Trabalho ou equivalentes das categorias abrangidas pela contratação, por todas as obrigações trabalhistas, sociais, previdenciárias, tributárias e as demais previstas em legislação específica, não transfere a sua responsabilidade ao TRT e não pode onerar o objeto contratado.

Nos termos do artigo 6º-A da Lei 10.522/2002, a existência de registro no Cadastro Informativo de Créditos não Quitados do Setor Público Federal (Cadin) constitui fator impeditivo para a celebração de contratos que envolvam desembolso, a qualquer título, de recursos públicos. Assim, no caso de existência de registro, a empresa terá o prazo máximo de 10 (dez) dias úteis, prorrogáveis, a critério da Administração, para regularização.

5.2. Sanções e Rescisão

A CONTRATADA comete infração administrativa, nos termos da Lei nº 14.133, de 2021, se:

- a) der causa à inexecução parcial do contrato;
- b) der causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano ao TRT ou ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;
- c) der causa à inexecução total do contrato;
- d) ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da contratação sem motivo justificado;
- e) apresentar documentação falsa ou prestar declaração falsa durante a execução do contrato;
- f) praticar ato fraudulento na execução do contrato;
- g) comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;
- h) praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.

Se a CONTRATADA incorrer nas infrações acima descritas, o TRT aplicará as seguintes sanções:

I. Advertência, quando a CONTRATADA der causa à inexecução parcial do contrato sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave (art. 156, §2º, da Lei nº 14.133, de 2021);

II. Impedimento de licitar e contratar, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas “b”, “c” e “d” do subitem acima deste documento, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave (art. 156, § 4º, da Lei nº 14.133, de 2021);

III. Declaração de inidoneidade para licitar e contratar, quando praticadas as condutas



descritas nas alíneas “e”, “f”, “g” e “h” do subitem acima deste documento, bem como nas alíneas “b”, “c” e “d”, que justifiquem a imposição de penalidade mais grave (art. 156, §5º, da Lei nº 14.133, de 2021).

IV - Multa

1. Moratória de 0,5% (cinco décimos por cento) por dia de atraso injustificado sobre o valor da parcela inadimplida, inclusive quanto à prestação de garantia do objeto, até o limite de 15 (quinze) dias;
2. compensatória de 20% (vinte por cento) sobre o valor da parcela não cumprida, no caso de inexecução parcial do contrato.
3. compensatória de 15% (quinze por cento) sobre o valor total do contrato, no caso de a CONTRATADA ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da contratação sem motivo justificado.
4. compensatória de 15% (quinze por cento) sobre o valor total do contrato, no caso de a CONTRATADA comportar-se de modo inidôneo, apresentar documentação falsa ou prestar declaração falsa ou, ainda, praticar ato fraudulento durante a execução do contrato e nos casos de praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.
5. compensatória de 20% (vinte por cento) sobre o valor total do contrato, no caso de a CONTRATADA dar causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano ao TRT ou ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo.
6. Compensatória de 20% (vinte por cento) sobre o valor total do contrato, no caso de inexecução total do objeto.
7. Nos demais casos de inexecução contratual, ficará a CONTRATADA sujeita à aplicação de multa, por evento, de 1% (um por cento) sobre o valor total da contratação vigente no momento da ocorrência do inadimplemento

A aplicação das sanções previstas neste documento não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado ao TRT (art. 156, §9º, da Lei nº 14.133, de 2021)

Todas as sanções previstas neste documento poderão ser aplicadas cumulativamente com a multa (art. 156, §7º, da Lei nº 14.133, de 2021).

Antes da aplicação da multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação (art. 157, da Lei nº 14.133, de 2021).



A aplicação das sanções realizar-se-á em processo administrativo que assegure o contraditório e a ampla defesa à CONTRATADA, observando-se o procedimento previsto no caput e parágrafos do art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, para as penalidades de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.

Na aplicação das sanções serão considerados (art. 156, §1º, da Lei nº 14.133, de 2021):

- a) a natureza e a gravidade da infração cometida;
- b) as peculiaridades do caso concreto;
- c) as circunstâncias agravantes ou atenuantes;
- d) os danos que dela provierem para o TRT;
- e) a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

5.2.1. Recolhimento de multas e indenizações

Os débitos da CONTRATADA para com o TRT, resultantes de multas administrativas eventualmente aplicadas, seja por inexecução, seja por extinção contratual por culpa da CONTRATADA, e/ou as indenizações cabíveis, serão pagas por meio de Guia de Recolhimento à União - GRU, no prazo de até 30 (trinta) dias após o recebimento da notificação por “Aviso de Recebimento-AR”.

12.1: Na ausência do pagamento das importâncias descritas no caput, os seguintes procedimentos poderão ser efetuados pelo TRT:

I- Descontar o respectivo valor dos eventuais créditos da CONTRATADA decorrentes da mesma contratação ou de outras contratações administrativas que a CONTRATADA possua com este TRT;

II- Sem prejuízo da ação descrita no inciso anterior, caso não seja suficiente, descontar o valor remanescente da garantia prestada, situação em que a CONTRATADA fica obrigada a repor ou complementar o valor da referida garantia;

III- Caso não existam valores em favor da CONTRATADA nos termos dos incisos anteriores ou estes ainda sejam insuficientes, os saldos de valores por ela não recolhidos serão tidos como não pagos e o TRT realizará, observando os procedimentos legais, a inscrição do débito da CONTRATADA na Dívida Ativa da União; e/ou

IV- Poderá haver a cobrança judicial dos valores não quitados, conforme comando do art. 156, §8º, da Lei nº 14.133, de 2021.



5.3. Gestão e fiscalização da execução contratual

"O contrato, formalizado por minuta específica ou instrumento equivalente, deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas e as normas da Lei nº 14.133, de 2021, e cada parte responderá pelas consequências de sua inexecução total ou parcial.

Em caso de impedimento, ordem de paralisação ou suspensão do contrato, o cronograma de execução será prorrogado automaticamente pelo tempo correspondente, anotadas tais circunstâncias mediante simples apostila.

As comunicações entre o TRT e a CONTRATADA devem ser realizadas por escrito sempre que o ato exigir tal formalidade, admitindo-se o uso de mensagem eletrônica para esse fim, devendo toda a documentação produzida ser juntada no processo administrativo respectivo da contratação (Proad).

Nos casos em que ocorrer, por eventualidade, a comunicação verbal, esta deverá ser reduzida a termo e juntada no processo administrativo respectivo (Proad).

O TRT poderá convocar representante da empresa para adoção de providências que devam ser cumpridas de imediato.

Após a assinatura do contrato ou instrumento equivalente, o TRT poderá convocar o representante da empresa CONTRATADA para reunião inicial para apresentação do plano de gestão e fiscalização, que conterà informações acerca das obrigações contratuais, dos mecanismos de fiscalização, das estratégias para execução do objeto, do plano complementar de execução da contratada, quando houver, do método de aferição dos resultados e das sanções aplicáveis, dentre outros.

A execução do contrato deverá ser acompanhada pela gestão e fiscalização do contrato, representantes do TRT especialmente designados e nomeados, com os seus respectivos substitutos, nos termos da Lei nº 14.133, de 2021, art. 117, caput. O acompanhamento seguirá as regras estabelecidas em normatização interna e específica do TRT, além das condições abaixo:

- 1- A gestão dos contratos compreende a gerência administrativa e a gerência da fiscalização da execução contratual, que têm por objetivo assegurar o cumprimento dos resultados almejados pelo TRT para os serviços contratados e garantir a observância das disposições legais e contratuais avençadas.
- 2- A gerência e a fiscalização da execução contratual serão desempenhadas por servidores formalmente designados, que integrarão a Equipe de Gestão da Contratação.



3- A Equipe de Gestão da Contratação será constituída, no ato da contratação e a critério do TRT, por todos ou alguns dos seguintes membros: Gestor do Contrato, Gestor Central do Contrato, Gestor Setorial do Contrato, Fiscal Requisitante, Fiscal Técnico, Fiscal Administrativo, Fiscal Setorial, bem como seus respectivos suplentes.

4- Nos termos do §1º, do art. 117, da Lei nº 14.133, de 2021, o membro da equipe de gestão e fiscalização do contrato especificamente responsável pela atribuição anotará no histórico de gerenciamento do contrato todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato, com a descrição do que for necessário para a regularização das faltas ou dos defeitos observados.

5- Identificada qualquer inexatidão ou irregularidade, o membro da equipe de gestão e fiscalização do contrato especificamente responsável pela atribuição emitirá notificações para a correção da execução do contrato, determinando prazo para a correção.

6- Os fiscais requisitante, técnico, administrativo ou setorial do contrato informarão ao respectivo gestor do contrato, em tempo hábil, a situação que demandar decisão ou adoção de medidas que ultrapassem sua competência, para que adote as medidas necessárias e saneadoras, se for o caso.

7- No caso de ocorrências que possam inviabilizar a execução do contrato nas datas aprazadas, os fiscais requisitante, técnico, administrativo ou setorial do contrato comunicarão o fato imediatamente ao respectivo gestor do contrato.

8- Os membros da equipe de gestão e fiscalização do contrato, nas medidas das suas atribuições e em tempo hábil, iniciarão os trâmites pertinentes ao término do contrato sob suas responsabilidades, com vistas à renovação tempestiva ou à prorrogação contratual.

9- Os membros da equipe de gestão e fiscalização do contrato, nas medidas das suas atribuições, verificarão a manutenção das condições de habilitação da CONTRATADA, acompanharão e encaminharão para as áreas respectivas a documentação pertinente para o empenho, o pagamento, as garantias, as glosas e a formalização de apostilamento e termos aditivos, solicitando quaisquer documentos comprobatórios pertinentes, caso necessário.

10- Caso ocorram descumprimento das obrigações contratuais, os membros da equipe de gestão e fiscalização do contrato, nas medidas das suas atribuições, atuarão tempestivamente na solução do problema, reportando ao respectivo gestor do contrato para que tome as providências cabíveis, quando ultrapassar as suas competências;

11- O(s) Gestor(es) do contrato acompanhará(ão) os registros realizados pelos fiscais do contrato, de todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato e as medidas adotadas, informando, se for o caso, à autoridade superior aquelas que ultrapassarem a sua



competência.

12- O(s) Gestor(es) do contrato tomará(ão) providências para a formalização de processo administrativo de responsabilização para fins de aplicação de sanções, assegurado à CONTRATADA o contraditório e a ampla defesa.

13 - O(s) Gestor(es) do contrato coordenará(ão) a atualização do processo de acompanhamento e fiscalização do contrato contendo todos os registros formais da execução no histórico de gerenciamento do contrato, a exemplo da ordem de serviço, do registro de ocorrências, das alterações e das prorrogações contratuais, elaborando relatório com vistas à verificação da necessidade de adequações do contrato para fins de atendimento da finalidade do TRT.

14 - O(s) Gestor(es) do contrato emitirá(ão) documento comprobatório da avaliação realizada pelos fiscais técnico, administrativo e setorial quanto ao cumprimento de obrigações assumidas pelo contratado, com menção ao seu desempenho na execução contratual, baseado nos indicadores objetivamente definidos e aferidos, e a eventuais penalidades aplicadas, devendo constar do cadastro de atesto de cumprimento de obrigações.

15 - O(s) Gestor(es) do contrato elaborará(ão) relatório final com informações sobre a consecução dos objetivos que tenham justificado a contratação e eventuais condutas a serem adotadas para o aprimoramento das atividades do TRT.

5.4. Ações de transição contratual, incluindo eventual sobreposição, e de encerramento contratual

Não se aplica

5.5. Extinção

A presente contratação poderá ser extinta:

I- por ato unilateral e escrito do TRT, nas situações previstas nos incisos I a IX do caput do art. 137 da Lei nº 14.133, de 2021, e com as consequências indicadas no art. 139 da mesma Lei, sem prejuízo da aplicação das sanções previstas no Termo de Referência, anexo ao Edital;

II- consensualmente, por acordo entre as partes, com base no art. 138, inciso II, da Lei nº 14.133, de 2021, e nos termos do quanto previsto no Termo de Referência, anexo ao Edital; ou

III- por decisão judicial, conforme previsto no inciso “III”, do artigo 138 da Lei nº 14.133, de



2021.

A contratação também poderá ser extinta caso se constate que a CONTRATADA mantém vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que tenha desempenhado função no processo de licitação ou atue na fiscalização ou na gestão da contratação, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau (art. 14, inciso IV, da Lei n.º 14.133, de 2021).

Os casos de extinção contratual serão formalmente motivados, assegurando-se à CONTRATADA o direito à prévia e ampla defesa.

A extinção consensual somente será admitida quando houver interesse do TRT.

A CONTRATADA reconhece os direitos do TRT em caso de extinção unilateral prevista no art. 139 da Lei nº 14.133, de 2021.

O termo de extinção será precedido de Relatório indicativo dos seguintes aspectos, conforme o caso:

I- Balanço dos eventos contratuais já cumpridos ou parcialmente cumpridos;

II- Relação dos pagamentos já efetuados e ainda devidos;

III- Indenizações e multas.

Demais disposições acerca deste tópico estarão detalhadas na minuta contratual.

5.6. Proteção de Dados Pessoais

O Tribunal e a CONTRATADA deverão cumprir rigorosamente os deveres previstos na Lei nº 13.709, de 14 de agosto de 2018 (Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais - LGPD), adotando medidas eficazes para a proteção de dados pessoais a que tenham acesso por força da execução desta contratação.

Para os fins dispostos na LGPD, a CONTRATADA é considerada "Operadora" e DECLARA, no ato de formalização da contratação, que tem ciência da Política de Privacidade e Proteção de Dados Pessoais deste Tribunal Regional do Trabalho da 15ª Região, instituída pelo Ato Regulamentar GP nº 004/2025.

Os dados pessoais obtidos em decorrência desta contratação somente poderão ser utilizados para as finalidades que justificaram seu acesso e de acordo com a boa-fé e com os princípios



elencados no artigo 6º da LGPD.

É vedado o compartilhamento dos dados pessoais com terceiros, salvo expresso consentimento do Tribunal e nas hipóteses permitidas em Lei.

Terminado o tratamento, os dados pessoais deverão ser eliminados ou devolvidos ao TRT, sendo permitida a conservação apenas para as hipóteses estabelecidas no artigo 16 da LGPD, inclusive quando houver necessidade de guarda de documentação para fins de comprovação do cumprimento de obrigações legais ou contratuais, enquanto não prescritas.

Para preservar os direitos dos titulares e minimizar eventuais prejuízos, qualquer incidente de segurança deverá ser formalmente comunicado ao Encarregado pelo tratamento de dados pessoais do TRT, em até 2 (dois) dias úteis da ciência do fato.

5.7. Garantia da Execução

Não haverá garantia contratual para a execução, nos moldes do art. 96 da Lei nº 14.133, de 2021, conforme justificativa apresentada no Estudo Técnico Preliminar.

5.8. Garantia da Proposta

Será exigida garantia da proposta, conforme justificativa detalhada nos Estudos Técnicos Preliminares, no valor de 0,1% sobre o valor total estimado da contratação, em consonância com o art. 58, caput e §1º, da Lei nº 14.133/2021.

O valor da garantia da proposta é de R\$ 993,03 (novecentos e noventa e três reais e três centavos)

5.9. Subcontratação

É permitida a subcontratação parcial do objeto, até o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor total do contrato, nas seguintes condições:

I- É vedada a subcontratação completa ou da parcela principal da obrigação, abaixo discriminada:

É vedada a subcontratação total do objeto do presente Projeto Básico, permitindo-se a subcontratação parcial nas etapas do contrato que julgar pertinente para o levantamento das informações, no percentual acima indicado, mediante aprovação prévia por escrito do fiscal do contrato. Além disso, fica expressamente vedado que o responsável técnico seja qualquer profissional vinculado à empresa subcontratada. O responsável técnico pela execução do objeto do contrato deve ser exclusivamente da empresa contratada, que permanece



responsável pela supervisão técnica, pelo cumprimento integral das obrigações contratuais, pela emissão de ART/RRT, pela assinatura dos projetos, seus memoriais e suas plantas, incluindo a garantia de que as subcontratadas cumpram suas atividades de acordo com as normas e especificações exigidas. A Contratada deverá reparar, às suas expensas e nos prazos determinados pelo Contratante, todos os eventuais erros, vícios, defeitos, incorreções e falhas nos serviços subcontratados e nos produtos deles decorrentes;

II- Poderão ser subcontratadas as seguintes parcelas/etapas acessórias do objeto ou os seguintes serviços especializados:

Poderão ser subcontratadas até o limite de 40% as parcelas/etapas de serviços que por sua natureza exijam serviços especializados, de alta especificidade técnica ou tecnológica, ou de exclusividade de mercado, nos termos do art. 122 da Lei 14.133/2021. É de inteira responsabilidade da empresa contratada a verificação das condições de regularidade Fiscal e Trabalhista da empresa subcontratada, bem como o rigoroso atendimento às normas regulamentadoras, em particular, pela utilização de Equipamentos de Proteção Individual/Coletiva.

A CONTRATADA, quando do início da contratação e sempre que exigido, em conjunto com o subcontratado ou isoladamente, será responsável por apresentar ao TRT a documentação relativa ao subcontratado que comprove:

- a) a manutenção da capacidade técnica exigida em edital;
- b) a manutenção das demais condições de habilitação e qualificação em conformidade com o inciso XVI do art. 92 da Lei 14.133/2021, entre elas a regularidade Fiscal e Trabalhista do subcontratado, bem como a certificação de que o subcontratado não se encontra impedido de licitar e contratar com o Poder Público, conforme a legislação em vigor.

Para os efeitos da verificação da regularidade Fiscal e Trabalhista do subcontratado, devem ser mantidas durante a vigência do contrato e enquanto persistirem os pagamentos, devidamente válidas e atualizadas, as seguintes certidões de regularidade, cuja autenticidade será verificada pela Internet:

- I- expedidas conjuntamente pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), a Certidão Negativa de Débitos Relativos a Créditos Tributários Federais e à Dívida Ativa da União, ou Certidão Positiva com Efeitos de Negativa de Débitos relativos a Créditos Tributários Federais e à Dívida Ativa da União;
- II- expedido pela Caixa Econômica Federal (CEF), o Certificado de Regularidade do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (CRF);
- III- expedida pela Justiça do Trabalho, a Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas (CNDT).



Para os efeitos da verificação da suspensão e do impedimento do direito de licitar e/ou contratar com a Administração Pública por parte do subcontratado, a comprovação dar-se-á, conforme o caso, por:

I- consulta ao sítio do Tribunal de Contas da União, de acordo com a certidão consolidada de pessoa jurídica, que compreende a verificação da Certidão Negativa de Licitantes Inidôneos do próprio TCU, bem como do Cadastro Nacional de Condenações Cíveis por Ato de Improbidade Administrativa e Inelegibilidade - CNIA, do Conselho Nacional de Justiça, e, ainda, das verificações do Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas - CEIS, e do Cadastro Nacional de Empresas Punidas - CNEP, ambos do Portal Transparência, e/ou

II- por consulta ao Portal Nacional de Compras Públicas que deverá, dentre outras funcionalidades, oferecer acesso ao Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (CEIS) e ao Cadastro Nacional de Empresas Punidas (CNEP).

No caso de subcontratação de microempresas ou empresas de pequeno porte (art. 48, II, da Lei Complementar n. 123, de 2006, e art. 7º, do Decreto n.º 8.538, de 2015), deverão ser observadas, ainda, as seguintes disposições específicas:

I - A CONTRATADA deverá apresentar, ao longo da vigência contratual, sempre que solicitada, a documentação de regularidade fiscal das microempresas e empresas de pequeno porte subcontratadas, sob pena de rescisão, aplicando-se o prazo para regularização previsto no § 1º do art. 4º do Decreto nº 8.538, de 2015;

II - A CONTRATADA deverá substituir a subcontratada, no prazo máximo de trinta dias, na hipótese de extinção da subcontratação, mantendo o percentual originalmente subcontratado até a sua execução total, notificando o TRT, sob pena de rescisão, sem prejuízo das sanções cabíveis, ou a demonstrar a inviabilidade da substituição, hipótese em que ficará responsável pela execução da parcela originalmente subcontratada;

III - A CONTRATADA será responsável pela padronização, pela compatibilidade, pelo gerenciamento centralizado e pela qualidade da subcontratação;

IV - Os empenhos e pagamentos referentes às parcelas subcontratadas serão destinados diretamente às microempresas e empresas de pequeno porte subcontratadas.

Em qualquer hipótese de subcontratação, permanece a responsabilidade integral da CONTRATADA pela perfeita execução contratual, cabendo-lhe realizar a supervisão e coordenação das atividades do subcontratado, bem como responder perante o TRT pelo rigoroso cumprimento das obrigações contratuais correspondentes ao objeto da subcontratação.



A subcontratação depende de autorização prévia do TRT, a quem incumbe avaliar se o subcontratado cumpre os requisitos de qualificação técnica necessários para a execução do objeto.

A CONTRATADA apresentará ao TRT documentação que comprove a capacidade técnica do subcontratado, que será avaliada e juntada aos autos do processo correspondente.

Fica vedado à qualquer subcontratado, pessoa física ou jurídica nas pessoas de seus dirigentes:

a) possuir vínculos de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com ocupante de cargo de direção e assessoramento, de membros ou juízes vinculados ao TRT ou com agente público nomeado pelo TRT que desempenhe função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou se deles forem cônjuge, companheiro ou parente, nos termos do que dispõe o parágrafo 3º do art. 122 da Lei 14.133/2021 c/c o art. 3º da Resolução nº 7, de 18/10/2005, do Conselho Nacional de Justiça, com redação dada pela Resolução nº 9/2005;

b) caucionar ou utilizar o contrato firmado para qualquer operação financeira, sem prévia e expressa anuência do TRT.

A vedação a que se refere a alínea “a” do item acima alcança o parentesco natural e civil, na linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau, inclusive.

O descumprimento de quaisquer das obrigações definidas em edital e/ou no termo de Contrato por parte do subcontratado, poderá, a critério do TRT, ensejar a rescisão do contrato, com as consequências pertinentes à rescisão por culpa da CONTRATADA.

6. CRITÉRIOS DE MEDIÇÃO E PAGAMENTO

6.1. Forma de recebimento provisório e definitivo

A avaliação da execução do objeto utilizará o disposto neste item, bem como eventuais dispositivos descritos ao longo deste documento.

Os recebimentos provisório e definitivo do objeto contratado pelo TRT observarão os parâmetros do quanto disposto nos arts. 140 a 146 da Lei 14.133/2021 e deverão, ainda, serem realizados conforme as disposições a seguir.

O Termo de Recebimento Provisório será processado pelo(a) gestor da contratação ou responsável(eis) formalmente designado(s) para tal em até 5 (cinco) dias úteis após a entrega do bem ou do resultado do serviço prestado nas formas e nos prazos previstos neste documento; contudo, a tradição do objeto ou o término dos serviços apenas transferem a



posse do bem ou o resultado dos serviços e não implicam, por qualquer modo, a aceitação por parte do TRT quanto ao total adimplemento da obrigação, restando pendentes os exames, os testes e as verificações cabíveis para a emissão do Termo de Recebimento Definitivo.

O prazo da disposição acima será contado do recebimento de comunicação de cobrança oriunda da CONTRATADA com a comprovação da execução do objeto a que se refere o valor a ser pago.

A não emissão do Termo de Recebimento Provisório, ou a sua emissão com ressalvas, ocorrerá se a tradição do bem ou a entrega dos resultados dos serviços prestados não ocorrerem, ocorrerem de forma incompleta e/ou em desacordo com as regras da contratação, cabendo à CONTRATADA o contraditório.

O recebimento provisório também ficará sujeito, quando cabível, à conclusão de todos os testes de campo e à entrega dos Manuais e Instruções exigíveis.

O Termo de Recebimento Definitivo, que atestará o adimplemento da obrigação contratual, será exarado nos termos previstos neste documento e emitido pelo(a) gestor da contratação ou responsável(eis) formalmente designado(s) para tal em até 5 (cinco) dias úteis contado(s) da data do Recebimento Provisório, mediante termo detalhado que comprove o atendimento das exigências contratuais.

A gestão/fiscalização não efetuará o completo ateste até que sejam sanadas todas as eventuais pendências que possam vir a ser apontadas no Recebimento Provisório. (Art. 119 c/c art. 140 da Lei nº 14.133, de 2021).

Independentemente dos Termos de Recebimento Provisório e/ou Definitivo, permanece a responsabilidade da CONTRATADA pela correta execução do objeto, cabendo as medidas administrativas ou judiciais pertinentes em casos de vícios ocultos.

Nas medidas de suas aplicações, a emissão dos Termos de Recebimento Provisório e/ou Definitivo, levará em conta e versará sobre a aplicação do Instrumento de Medição de Resultados - IMR, se o caso, bem como de demais glosas pertinentes.

Fica, ainda, estabelecido que no caso de controvérsia sobre a execução do objeto, quanto à dimensão, qualidade e quantidade, deverá ser observado o teor do art. 143 da Lei nº 14.133, de 2021, comunicando-se à CONTRATADA para emissão de Nota Fiscal no que pertine à parcela incontroversa da execução do objeto, para efeito de liquidação e pagamento.

6.2. Faturamento

No texto da(s) nota(s) fiscal(is), ou fatura(s), relativa(s) ao objeto contratado deverá constar:



a data de emissão, o objeto detalhado da prestação de serviços, indicando a respectiva relação de serviços; os valores unitários e totais da mão de obra (serviços) e dos materiais utilizados, o valor de retenções tributárias cabíveis, e, se o caso, o mês e a parcela a que se refere a quitação, bem como o número do processo que deu origem a esta contratação

A(s) nota(s) fiscal(is), ou fatura(s), deverá(ão) ser emitida(s) a partir do primeiro dia útil do mês subsequente ao da entrega do objeto ou sua parcela e transmitida(s) ao Sistema Integrado de Gestão Orçamentária e Financeira da Justiça do Trabalho (SIGEO) até o dia 15 (quinze) do mês da emissão das notas fiscais, ou faturas.

Se o último dia do prazo previsto no subitem anterior não for dia útil, a transmissão da(s) nota(s) fiscal(is), ou fatura(s) ao Sistema SIGEO deverá ser antecipada para o dia útil imediatamente anterior.

A(s) nota(s) fiscal(is), ou fatura(s), será(ão) protocolizadas pelo gestor no ato do seu recebimento no Sistema Integrado de Gestão Orçamentária e Financeira da Justiça do Trabalho (SIGEO).

Havendo erro na apresentação da(s) nota(s) fiscal(is), ou fatura(s), ou circunstância que impeça(m) a liquidação da despesa, o pagamento ficará sobrestado até que a CONTRATADA providencie as medidas saneadoras. Nessa hipótese, o prazo para pagamento iniciar-se-á após a comprovação da regularização da situação, não acarretando qualquer ônus para o TRT.

6.3 Pagamento

(Observação: PAGAMENTO DOS FORNECIMENTOS E SERVIÇOS - CADASTRO OBRIGATÓRIO)

O Conselho Superior da Justiça do Trabalho (CSJT), por meio da resolução nº 245/2019, instituiu o Sistema Integrado de Gestão Orçamentária e Financeira da Justiça do Trabalho (SIGEO). A finalidade do SIGEO é o processamento de informações relacionadas ao planejamento, à execução e ao acompanhamento orçamentário e financeiro da Justiça do Trabalho. Assim, o envio das notas fiscais e certidões deverá ocorrer pelo sistema SIGEO e, com isso, os prestadores de serviço e fornecedores do TRT-15 deverão realizar o cadastro obrigatório no sistema, inserindo os documentos solicitados no sistema.
ATENÇÃO: Reforçamos a informação de que o pagamento somente ocorrerá após o devido preenchimento do cadastro no sistema SIGEO e a inserção dos documentos solicitados, por parte da empresa contratada.)

As regras de pagamento são as abaixo indicadas:

O pagamento será efetuado pela Coordenadoria de Execução Orçamentária e Financeira do TRT, no prazo máximo de 10 (dez) dias após o recebimento definitivo do objeto, conforme



dispõe o artigo 140 da Lei nº 14.133/2021, sendo o crédito providenciado por meio de ordem bancária, na conta corrente indicada pela CONTRATADA no processo licitatório.

Excepcionalmente, o pagamento poderá ser realizado por meio de fatura/boleto bancário que contenha código de barras. Neste caso, o referido documento deverá ser emitido pelo seu valor líquido, devendo constar em seu corpo o valor bruto da contratação, além dos valores dos tributos que serão retidos na operação. No caso de divergência entre os valores lançados no documento pela CONTRATADA e aqueles que deverão ser retidos/recolhidos pelo TRT, o pagamento se dará, obrigatoriamente, por depósito em conta corrente.

O pagamento será efetuado com base no serviço efetivamente prestado ou no objeto efetivamente entregue, e por ocasião de cada pagamento a ser efetuado à Contratada, as regularidades das certidões exigidas em edital serão verificadas pela área administrativa do TRT, que:

- a) Verificando irregularidade, providenciará a notificação da CONTRATADA, por escrito, para que, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, regularize sua situação ou, no mesmo prazo, apresente sua defesa. O prazo poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, a critério do TRT;
- b) Não havendo regularização ou sendo a defesa considerada improcedente, o TRT deverá comunicar aos órgãos responsáveis pela fiscalização da regularidade fiscal quanto à inadimplência da CONTRATADA, bem como quanto à existência de pagamento a ser efetuado, para que sejam acionados os meios pertinentes e necessários para garantir o recebimento de seus créditos;
- c) Persistindo a irregularidade, o TRT deverá adotar as medidas necessárias à extinção contratual nos autos do processo administrativo correspondente, assegurada à CONTRATADA a ampla defesa;
- d) Havendo a efetiva execução do objeto, os pagamentos serão realizados normalmente, até que se decida pela extinção do Contrato, caso a CONTRATADA não regularize sua situação.

O pagamento, mediante a emissão de qualquer modalidade de ordem bancária, será realizado desde que a CONTRATADA efetue a cobrança de forma a permitir o cumprimento das exigências legais, principalmente no que se refere às retenções tributárias descritas em contrato.

No dia útil posterior ao da sua emissão, a ordem bancária de pagamento será remetida ao Banco do Brasil S/A – Posto de Atendimento do TRT. O período seguinte, até o efetivo crédito dos valores na conta corrente da Contratada, refere-se aos trâmites interbancários.



Fica estabelecido o limite máximo de 1 (um) mês, contado da emissão da Nota Fiscal/Fatura, para que haja o efetivo pagamento do valor contratado ou das parcelas de pagamento ajustadas, conforme o caso de suas exigibilidades, devidos pelo TRT pelas despesas contratadas.

No caso de atraso de pagamento, desde que a Contratada não tenha concorrido de alguma forma para tanto, serão devidos pelo TRT encargos moratórios à taxa nominal de 6% a.a. (seis por cento ao ano), capitalizados diariamente em regime de juros simples.

O valor dos encargos será calculado pela fórmula: $EM = I \times N \times VP$, onde:

EM = Encargos moratórios devidos;

N = Números de dias entre a data prevista para o pagamento e a do efetivo pagamento;

I = Índice de compensação financeira = 0,00016438; e

VP = Valor da prestação em atraso.

A realização do pagamento à Contratada somente ocorrerá após seu devido cadastramento no Sistema Integrado de Gestão Orçamentária e Financeira da Justiça do Trabalho (SIGEO), bem como a inserção dos documentos solicitados no Sistema.

Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável e independentemente do percentual de tributo inserido no documento, quando houver, serão retidos na fonte, quando da realização do pagamento, os percentuais estabelecidos na legislação vigente.

O contratado regularmente optante pelo Simples Nacional, nos termos da Lei Complementar nº 123, de 2006, não sofrerá a retenção tributária quanto aos impostos e contribuições abrangidos por aquele regime. No entanto, o pagamento ficará condicionado à apresentação de comprovação, por meio de documento oficial, de que faz jus ao tratamento tributário favorecido previsto na referida Lei Complementar.

No caso de controvérsia sobre a execução do objeto, quanto a dimensão, qualidade e quantidade, a parcela incontroversa deverá ser liberada no prazo previsto para pagamento, sendo que dos consequentes termos de recebimento elaborado pelos Fiscais Técnico e Requisitante, para posterior pagamento, deverão constar as seguintes informações ou serem atendidas as condições abaixo:

I- a solução deve ser compatível com o objeto, quando este for fracionável em unidades autônomas, as quais permitem identificar as parcelas adimplidas das não adimplidas;

II- deve estar configurado que o atingimento de determinadas parcelas do objeto, ainda que identificáveis, não produz implicações para o restante da prestação do serviço e/ou do



fornecimento contratados.

O efetivo pagamento da parte incontroversa, no entanto, deverá levar em consideração possíveis glosas que recaiam sobre a Contratada nos termos delineados em Leis e regulamentos aplicáveis ou na documentação da contratação firmada.

Sempre que for exigido, em todo e qualquer processamento de pagamento no âmbito do TRT, inclusive os tipos delineados nos artigos 142 a 145 da Lei 14.133/2021, bem como o pagamento direto descrito no inciso IV do § 3º do artigo 121 da mesma Lei 14.133/2021, quando e se aplicáveis, e nas medidas e formas de suas exigibilidades, será sempre observada a aplicação do Instrumento de Medição de Resultados - IMR, de forma que, sempre que possível, a emissão da Nota Fiscal/Fatura contemple as glosas que, eventualmente, sejam aplicadas.

Não sendo possível a emissão de Nota Fiscal/Fatura contemplando a incidência do Instrumento de Medição de Resultados - IMR, conforme item anterior, o termo de recebimento definitivo, emitido pelo agente designado ou pela equipe responsável pelo recebimento, deverá indicar o percentual de glosa cabível.

A incidência de IMR descrita no item anterior contemplará a indicação de retenção ou glosa no pagamento, proporcional à irregularidade verificada, sem prejuízo das sanções cabíveis, caso se constate que a CONTRATADA:

- I- não produziu os resultados acordados;
- II- deixou de executar, ou não executou com a qualidade mínima exigida as atividades contratadas; ou
- III- deixou de utilizar materiais e recursos humanos exigidos para a execução do serviço, ou os utilizou com qualidade ou quantidade inferior à demandada.

A utilização do IMR não impede a aplicação concomitante de outros mecanismos para a avaliação da prestação dos serviços.

6.3.1. Quanto a possibilidade de antecipação de pagamento.

A presente contratação não permite a antecipação de pagamento, parcial ou total, do valor contratado.

6.4. Reajuste

6.4.1. Índice de reajuste que deverá ser adotado, nos termos do art. 25, § 7º da Lei 14.133/2021:



IPCA

Os preços inicialmente contratados são fixos e irreajustáveis no prazo de um ano contado da data do orçamento estimado pelo TRT, indicado no Termo de Referência.

Com relação à prestação do serviço de engenharia, o orçamento estimado pelo TRT resulta das planilhas referenciais, com respectivas datas, indicadas no Termo de Referência.

Após o interregno de um ano, independentemente de pedido da CONTRATADA, e exclusivamente para as obrigações iniciadas e concluídas após a ocorrência da anualidade, o valor do(s) objeto(s) contratado(s), se o caso, será reajustado anualmente, a contar da(s) data(s) do orçamento estimado pelo TRT, indicada no Edital ao qual está vinculada esta contratação, pela variação do(s) índice(s) de variação de preços indicado(s) no Termo de Referência verificada nos últimos doze meses anteriores ao reajuste.

No caso de atraso ou não divulgação do(de qualquer dos) índice(s) de reajustamento, o TRT pagará à CONTRATADA a importância vigente, liquidando a diferença correspondente tão logo seja divulgado o índice definitivo.

Caso o(qualquer dos) índice(s) estabelecido(s) para o reajustamento venha a ser extinto ou de qualquer forma não possa mais ser utilizado, será adotado, em substituição, o que vier a ser determinado pela legislação então em vigor.

Na ausência de previsão legal quanto ao índice substituto, as partes elegerão novo índice oficial, para reajustamento do preço do valor remanescente, por meio de termo contratual específico.

O reajuste será realizado por apostilamento e implicará a análise do quanto já foi executado e do quantitativo por executar, sendo este montante de saldo a executar a base de cálculo sobre o qual incidirá o reajuste.

6.5. Possibilidade de operação de crédito garantida por cessão fiduciária dos direitos de créditos decorrentes desta contratação (Cessão de Crédito):

Fica vedado à contratada caucionar ou utilizar o presente contrato para qualquer operação financeira, sem prévia e expressa anuência do TRT.

Quando for permitido, não surtirá efeito sem o cumprimento das seguintes condições:

I- A prévia e expressa anuência do TRT, ficando estipulado que:

a) a não comunicação importará a ineficácia da cessão de crédito estabelecida, permanecendo



regular o pagamento à CONTRATADA, conforme o artigo 290 da Lei nº 10.406, de 2002;

b) a simples notificação da Cessão do Crédito não consubstancia o consentimento do TRT sobre o fato; um termo firmado entre as partes, com fulcro na alínea “c”, do Inciso II, do artigo 124 da Lei 14.133 de 2021, será o documento apropriado para a formalização e efetivação da cessão, e será assinado também pelo adquirente como anuente, o qual deverá realizar seu cadastro no sistema SIGEO e fornecer os dados do seu representante para cadastro no sistema PROAD;

II- Tendo em vista o disposto na alínea “b” do inciso anterior, no caso de ocorrência da situação prevista no artigo 102, da Lei 14.133 de 2021, a Seguradora também assinará o aditamento como interveniente anuente.

III- A cessão de crédito não exonera a CONTRATADA de continuar mantendo as condições de habilitação e qualificação em conformidade com o inciso XVI do art. 92 da Lei 14.133 de 2021. E, a CONTRATADA e o Adquirente do crédito, em conjunto ou separadamente, deverão comprovar, inicialmente e sempre que exigido, a regularidade Fiscal e Trabalhista do Adquirente, bem como da certificação de que o Adquirente não se encontra impedido de licitar e contratar com o Poder Público, conforme a legislação em vigor;

IV- Os valores que, porventura, forem retidos pelo TRT da Nota Fiscal/Fatura da CONTRATADA e que sejam relativos ao cumprimento das garantias contratuais estipuladas na legislação aplicável, em especial os dispositivos constantes dos artigos 96 a 102 da Lei 14.133 de 2021, serão também deduzidos do montante da cessão de crédito e por consequência do depósito à Adquirente.

V- Com base na alínea “c”, do Inciso II, do artigo 124, da Lei 14.133 de 2021, fica estabelecido que a cessão de crédito não importará, em hipótese alguma, a antecipação do pagamento em relação ao cronograma financeiro fixado sem a correspondente contraprestação da execução do objeto, ficando os créditos exigíveis somente nas correspondentes datas de suas respectivas exigibilidades, inclusive ao que pertine ao completo processamento, ainda que finda a vigência da contratação."

VI- A cessão de crédito não afeta a execução do objeto contratado, que continuará sob a responsabilidade da CONTRATADA. E, salvo apenas a alteração da forma de pagamento relativa ao depósito de valores, ficam mantidas todas as obrigações estabelecidas no Edital e seus anexos, inclusive as condições de preparo para o pagamento com a disponibilização no sistema SIGEO da Nota Fiscal/Fatura emitida, sem a qual, fica o TRT desobrigado de realizar o efetivo pagamento enquanto não forem supridos os requisitos necessários, não podendo nem a CONTRATADA, nem o Adquirente do crédito, suscitar qualquer tipo de inadimplemento por parte do TRT.



O descumprimento de qualquer das disposições deste item ensejará a rescisão da presente contratação, com as consequências pertinentes à rescisão por culpa da CONTRATADA, nos termos do Termo de Referência, anexo ao Edital.

É vedado à CONTRATADA interromper a execução dos serviços sob alegação de inadimplemento por parte do TRT, salvo nos casos previstos em Lei.

7. ESTIMATIVA DO VALOR DA CONTRATAÇÃO

O Valor Máximo Estimado, a ser considerado para o Edital, bem como a respectiva data é o que segue abaixo. Maiores detalhes, tais como os preços unitários referenciais, encontram-se no Anexo A deste Termo de Referência.

Valor total de R\$ 993.033,40 (novecentos e noventa e três mil e trinta e três reais e quarenta centavos)

Data do orçamento estimativo: 27/01/2026

O valor acima é meramente estimado, de forma que os pagamentos devidos ao contratado dependerão dos quantitativos efetivamente fornecidos.

Além do disposto no Anexo A deste documento, os preços unitários referenciais, as memórias de cálculo e os documentos que lhe dão suporte estão juntados aos documentos nº 30 e 32 dos autos, e também estão disponíveis na página de transparência deste Tribunal, que pode ser acessada pelo link a seguir:

https://docs.google.com/spreadsheets/d/18nxxrx5f5TjF0A_DbAOH4fTejFuvWDUWoxbeXpsJaB0/

9.1. Para a precificação do objeto, deverá ser levada em consideração a Matriz de Alocação de riscos, em documento anexo a este Termos de Referência.

8. ADEQUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

Conforme informado no "Anexo B - Classificação Orçamentária" parte deste documento.

9. SUSTENTABILIDADE

9.1. Critérios exigíveis a todas as contratações que incluem prestação de serviço:

Deverá ser observado, do Guia de contratações Sustentáveis - 4ª edição, os seus itens 14 (Contratações de Serviços) e 17 (Inclusão e Igualdade Social):



a) Inclusão social

a.1) Deve-se exigir das empresas contratadas para a prestação de serviços que empreguem um número de jovens aprendizes equivalente a cinco por cento (5%), no mínimo, e quinze por cento (15%), no máximo, dos trabalhadores existentes, conforme estipula o Art. 429 da CLT (Decreto-Lei nº 5.452/1943).

a.1.1) Ficam dispensadas da obrigação acima as microempresas e empresas de pequeno porte, em consonância ao art. 56, I do decreto 9579/2018, bem como do art. 51,III da LC nº 123/2006.

a.2) Caso a presente contratação de serviços tenha valor anual acima de R\$ 330.000,00 (trezentos e trinta mil reais) e refira-se à prestação de serviços contínuos com dedicação exclusiva de mão de obra, conforme estabelece o Decreto nº 9.450/2018, deve-se exigir da contratada o emprego de mão de obra formada por pessoas presas ou egressas do sistema prisional, nos termos dispostos na Lei nº 14.133/2021 A empresa deverá contratar, para cada contrato que firmar, pessoas presas, em cumprimento de pena em regime fechado, semiaberto ou aberto, ou egressas do sistema prisional, nas seguintes proporções:

- 3% das vagas, quando a execução do contrato demandar duzentos ou menos funcionários;
- 4% das vagas, quando a execução do contrato demandar duzentos e um a quinhentos funcionários;
- 5% das vagas, quando a execução do contrato demandar quinhentos e um a mil funcionários; ou
- 6% das vagas, quando a execução do contrato demandar mais de mil empregados.

a.3) A contratada deverá cumprir as seguintes cotas:

- de gênero: manter o equilíbrio entre homens e mulheres, preservando o mínimo de 50% de pessoas do sexo feminino, caso a contratação refira-se à prestação de serviços contínuos com dedicação exclusiva de mão de obra;
- de inclusão de pessoas negras: manter um percentual mínimo de pessoas negras, visando atender ao disposto nos arts. 38 e 39 do Estatuto da Igualdade Racial (Lei nº 12.288/2010); caso a contratação refira-se à prestação de serviços contínuos com dedicação exclusiva de mão de obra; e
- de pessoas com deficiência: cumprimento ao quantitativo mínimo previsto, de acordo com o art. 93 da Lei nº 8.213/1991, que estabelece que a empresa com 100 (cem) ou mais empregados está obrigada a preencher de 2% (dois por cento) a 5% (cinco por cento) dos seus cargos com beneficiários reabilitados ou pessoas com deficiência.

Deve-se observar a reserva de, no mínimo 5% (cinco por cento) das vagas nos contratos que envolvam prestação de serviços contínuos com regime de dedicação exclusiva de mão de obra, nos termos do disposto no inciso XVI do caput do art. 6º da Lei n. 14.133/2021, para as mulheres incluídas em uma das seguintes situações previstas:

I – mulheres vítimas de violência física, moral, patrimonial, psicológica ou sexual, em razão



do gênero, no contexto doméstico e familiar;

II – mulheres trans e travestis;

III – mulheres migrantes e refugiadas;

IV – mulheres em situação de rua;

V – mulheres egressas do sistema prisional; e

VI – mulheres indígenas, campesinas e quilombolas.

b) combate ao Trabalho Infantil e ao Trabalho forçado

b.1) A contratada deve comprovar, como condição prévia à assinatura do contrato e durante a vigência contratual, sob pena de rescisão contratual, o atendimento das seguintes condições:

b.1.1) não possuir inscrição no cadastro de empregadores flagrados explorando trabalhadores em condições análogas às de escravo, instituído pela Portaria Interministerial MTPS/MMIRDH nº 04/2016; e

b.1.2) não ter sido condenada, a contratada ou seus dirigentes, por infringir as leis de combate à discriminação de raça ou de gênero, ao trabalho infantil e ao trabalho escravo, em afronta ao previsto:

- Nos artigos 1º, 3º (inciso IV), 7º (inciso XXXIII) e 170 da Constituição Federal de 1988;
- Nos artigos 149, 203 e 207 do Código Penal Brasileiro;
- No Decreto nº 5.017/2004 (promulga o Protocolo de Palermo);
- Nas Convenções da OIT nº 29 e nº 105;
- No Capítulo IV do Título III (Da Proteção do Trabalho do Menor) do Decreto-Lei nº 5.452/1943 (CLT);
- Nos arts. 60 a 69 da Lei nº 8.069/1990 (ECA), que trata do Direito à Profissionalização e à Proteção no Trabalho;
- No Decreto nº 6.481/2008, o qual trata da proibição das piores formas de trabalho infantil e ação imediata para sua eliminação.

c) Saúde e Segurança do Trabalho

c.1) Nos contratos de prestação de serviços, deve-se obedecer às normas técnicas, de saúde, higiene e de segurança do trabalho, fornecendo aos empregados os equipamentos de segurança que se fizerem necessários para a execução de serviços e fiscalizando o seu uso, conforme consta da Norma Regulamentadora MTE nº 06.

9.1.2. Logística reversa

Caso se aplique, é de responsabilidade da contratada a disposição final responsável e ambientalmente adequada dos resíduos, após o uso, em observância ao disposto no art. 33 da Lei nº 12.305/2010, obedecendo ao disposto na ABNT 10004:2004 e em conformidade com



o respectivo acordo setorial, termo de compromisso ou Decreto nº 9.177/2017, devendo, para tanto, informar em sua proposta a forma de implantação da logística reversa, com indicação de um responsável e seu contato (nome, telefone e e-mail), a quantidade mínima para solicitação da coleta e a forma de destinação ambientalmente adequada que se dará aos resíduos oriundos da contratação.

- São considerados apropriados os seguintes procedimentos de destinação ambientalmente adequada:

- a) A devolução ao fabricante/importador que possua sistema de logística reversa;
- b) O encaminhamento para empresas recicladoras, responsáveis pela desmontagem, descaracterização, reaproveitamento, reciclagem dos produtos e tratamento final dos rejeitos, desde que licenciadas pelo órgão ambiental competente.

- No decorrer do contrato, poderá ser exigido do fornecedor apresentação de documentos comprobatórios dos procedimentos adotados para a destinação ambientalmente adequada dos resíduos, nos termos da legislação vigente e da proposta apresentada pelo fornecedor, dentro das prerrogativas e competências da fiscalização do contrato.

- A veracidade das informações prestadas é de responsabilidade do fornecedor, por elas respondendo civil, criminal e contratualmente, conforme legislação vigente.

- Todo custo referente à realização da logística reversa correrá por conta da contratada, não havendo ônus para o contratante.

- A contratada é responsável pela logística reversa somente das quantidades efetivamente fornecidas.

- O não cumprimento das exigências relativas à logística reversa sujeita a contratada às penalidades previstas no caso de inexecução do objeto.

Ainda conforme a Lei nº 12.305/2010, todos os produtos que possuem sistemas de logística reversa implantados como, por exemplo, os abaixo listados, deverão ter seus destinos de acordo com regramento previsto no site: <https://sinir.gov.br/perfis/logistica-reversa/> :

- agrotóxicos e seus resíduos e embalagens;
- baterias de chumbo ácido;
- eletroeletrônicos e seus componentes;
- embalagens de Aço, embalagens plásticas de óleos lubrificantes, e embalagens em geral;
- lâmpadas fluorescentes, de vapor de sódio e mercúrio e de luz mista;
- medicamentos e seus resíduos e embalagens;
- óleos lubrificantes usados ou contaminados; e
- pilhas e baterias, dentre outros.

9.1.3. Resíduos decorrentes da contratação

A contratada será responsável pela destinação ambientalmente adequada de todos resíduos decorrentes da contratação.



9.1.4. Informar se há, no "Guia de Contratações Sustentáveis CSJT - 4ª Edição", critérios específicos de sustentabilidade a serem observados, além dos já descritos acima:

Não obstante os princípios da defesa do meio ambiente e da promoção do desenvolvimento nacional sustentável, bem como os valores socioambientais e a constante busca e incentivo por práticas sustentáveis serem fatores norteadores das contratações deste Tribunal, não há critérios específicos ao objeto que devam ser observados no "Guia de Contratações Sustentáveis - 4ª edição", do CSJT, salvo aqueles eventualmente integrantes do descritivo do objeto.

10. FUNDAMENTAÇÃO DA CONTRATAÇÃO

Os Estudos Técnicos Preliminares que fundamentam a presente contratação estão juntados ao PROAD 9781/2024, cuja cópia está disponibilizada no portal deste Tribunal, e pode ser acessada através do link: <https://trt15.jus.br/transparencia/contas-publicas/pregoes-eletronicos>

.